

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Curso de Ciências Econômicas

LUIGI CALIFANO

ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA VENEZUELA
DURANTE O GOVERNO DE HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS
SOB A ÓTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

Florianópolis
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Curso de Ciências Econômicas

LUIGI CALIFANO

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA VENEZUELA
DURANTE O GOVERNO DE HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS
SOB A ÓTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a conclusão do curso de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2009

LUIGI CALIFANO

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA VENEZUELA
DURANTE O GOVERNO DE HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS
SOB A ÓTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a conclusão do curso de Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. HELTON RICARDO OURIQUES

PROF. DR. NILDO DOMINGOS OURIQUES

PROF. DR. RENATO FRANCISCO LEBARBENCHON

Florianópolis, 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela saúde e perseverança que me concedes. Agradeço aos meus pais por todo apoio ao longo destes anos em Florianópolis, aos meus irmãos pela confiança. A toda minha família que mesmo em São Paulo sempre estiveram presentes. Um grande agradecimento para meu professor e amigo Helton que me ajudou desde a escolha do tema até a realização final do trabalho. Agradeço a Universidade e a cidade de Florianópolis por ter sido muito bem recebido em todos esses anos. Meus amigos e colegas do curso, em especial meus grandes amigos Rinald Boassi e Raphael R. Fonseca, fundamentais dentro do curso de economia e na minha vida também, outros grandes amigos fora da universidade Paulo D. Almeida e Maiki Marcelino amigos do surf e para toda minha vida, agradeço a todos que participaram ou que apenas torceram por mim ao longo desses anos, isso me fortaleceu muito. Agradecimento especial ao meu filho que foi meu incentivo, minha luz guia e continua sendo meu incentivo para crescer.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso se propôs analisar uma década de governo de Hugo Chávez Frias na Venezuela sob o aspecto de sua política econômica. Para tanto, utilizou-se do instrumental metodológico da teoria da Economia Política dos Sistemas-Mundo. A questão norteadora consistiu em identificar os aspectos do plano de desenvolvimento socioeconômico do governo Chávez passíveis de análise sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Desse modo, o objetivo geral foi analisar o desenvolvimento socioeconômico venezuelano referente ao governo de Hugo Chávez, sob a perspectiva da Economia Política dos Sistemas – Mundo, utilizando a literatura existente sobre essa teoria – especificamente o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas - Mundo, da Universidade Federal de Santa Catarina – bem como levantando notícias, análises políticas, análises econômicas do governo Chávez, procurando uma perspectiva neutra, por meio de autores críticos e apoiadores do líder venezuelano. A revisão da literatura possibilitou encontrar um governante polêmico, mas realizador, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Do ponto de vista da Economia Política dos Sistemas-Mundo, percebe-se uma Venezuela participante, utilizando-se de seu produto básico, o petróleo, para se integrar globalmente à OPEP, relacionando-se comercialmente com países membros e países importadores, de um lado. De outro, a Venezuela posiciona-se regionalmente, buscando a integração econômica com países sul-americanos.

Índice

1	Introdução	9
1.1	Contextualização.....	9
1.2	Problema da pesquisa.....	10
1.3	Objetivos	10
1.4	Justificativa.....	11
1.5	Metodologia.....	11
1.6	Estrutura do trabalho.....	12
2	Economia política dos sistemas-mundo (epsm).....	13
2.1	Histórico e conceito de EPSM.....	13
2.2	Teóricos da Economia Política do Sistema-Mundo.....	17
2.2.1	Contribuições de Wallerstein	18
2.2.2	Contribuição de Braudel	19
2.2.3	Contribuição de Arrighi	20
3	A Venezuela de Chávez: petróleo, poder, dinheiro e sociedade.....	26
3.1	Antecedentes político-econômicos do governo Chávez.....	26
3.2	A ascensão de Chávez ao poder	31
3.3	Projeto político econômico de Chávez	32
3.3.1	Primeira etapa	32
3.3.2	Segunda etapa	34
3.3.3	Terceira etapa.....	38
3.3.4	Quarta etapa.....	41
4	Aspectos socioeconômicos do governo Hugo Chávez sob a ótica da economia política do sistema-mundo	45
4.1	Chávez no contexto global: a cadeia mercantil do petróleo e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	46
4.2	Investimentos sociais e econômicos.....	48
4.2.1	Reflexo dos investimentos na educação	50
4.2.2	Reflexo dos investimentos na saúde	53
4.2.3	O setor petrolífero e a economia-mundo	56
4.3	Estratégias da Venezuela para a integração regional.....	60
5	Conclusão	67
6	Referências	69

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cotação do barril de petróleo (em US\$)	48
Gráfico 2 – Investimento Social e ação social da PDVSA como porcentagem do PIB (1999-2006).....	49
Gráfico 3 - Investimento Social em Educação como porcentagem do PIB (1990 – 2007)	50
Gráfico 4 - Taxa Bruta de Escolaridade da Educação Básica (1990 – 2006).....	51
Gráfico 5 -Taxa Bruta de Escolaridade do Ensino Médio e Técnico Profissional (1990 – 2006)	51
Gráfico 6 - Aumento da Matrícula em Educação Superior (público, privado e total) (1999 – 2005).....	52
Gráfico 7 - Investimento Social em Saúde como porcentagem do PIB (1990 – 2007)	53
Gráfico 8 - Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) 1990 - 2006	54
Gráfico 9 – Evolução da porcentagem de pobres na Venezuela (1997-2007)	55
Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano da Venezuela (1950-2006)	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Venezuela vem sendo um dos principais focos de atenção internacional quando se refere à geopolítica latino-americana. Isto se deve muito às ações tomadas pelo país a partir de 1998 com a eleição de Hugo Rafael Chávez Frías, que, assumindo em 1999, passou a defender uma distribuição dos ganhos da indústria petroléira para o desenvolvimento social do país.

Como se sabe, “a Venezuela é um dos mais importantes exportadores de petróleo do mundo, membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e o principal fornecedor de petróleo para os Estados Unidos” (CORRALES, 2001, p.199), principal alvo dos ataques políticos de Chávez.

Tais críticas e ataques se devem a tensões ocorridas após uma tentativa de golpe em 2002, cujo planejamento e sustentação Chávez atribui aos Estados Unidos.

Dentro desse contexto, o que se observa é um ataque diário e a veiculação de informações com forte viés negativo com relação ao governo Chávez, o que torna necessário um estudo imparcial desse país, com uma análise econômica sobre as ações tomadas por esse governo e os resultados obtidos nesse período.

O documento base para as ações do governo venezuelano é o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007, que tem como principais objetivos no campo social garantir o acesso aos direitos sociais de forma universal e eqüitativa, melhorar a distribuição da renda e da riqueza e fortalecer a participação social e gerar poder cidadão em espaços públicos de decisão.

Estes objetivos convergem para o direcionamento que o governo venezuelano faz de suas políticas em torno do fortalecimento da participação popular e dos direitos cidadãos, sendo a Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999, um dos principais instrumentos na execução desses objetivos.

No que se refere à área econômica, o plano citado destaca como principais objetivos crescimento econômico sustentável, eliminação da volatilidade econômica, desenvolvimento da economia social, entre outros.

Cabe, portanto, analisar esses objetivos de forma sistemática, a fim de descrever as diferentes variáveis relacionadas ao tema e às principais causas dos resultados observados. Para tanto, utiliza-se do instrumental metodológico da teoria da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

De acordo com Vergara (2000), o problema da pesquisa corresponde a uma questão a ser investigada. Sendo assim, o problema desta pesquisa é: Quais aspectos do plano de desenvolvimento socioeconômico do governo Chávez podem ser analisados sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo?

1.3 OBJETIVOS

O objetivo, na elaboração de uma pesquisa, corresponde ao “resultado a alcançar”, de acordo com Vergara (2000, p.25).

Cooper e Schindler (2003) sugerem listar os objetivos por ordem de importância, iniciando em termos gerais e passando a termos específicos.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento socioeconômico venezuelano referente ao governo de Hugo Chávez, sob a perspectiva da Economia Política dos Sistemas - Mundo.

Como suporte ao objetivo geral, colocam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) fazer um levantamento teórico sobre a economia política dos sistemas – mundo, apresentando os principais autores e discussões, a fim de servir como instrumento teórico e analítico da economia venezuelana;
- b) apresentar os aspectos político-econômicos que antecederam a eleição de Chávez;
- c) apresentar os Planos econômicos e sociais do governo Chávez; e
- d) analisar as políticas de desenvolvimento econômico implementadas pelo governo de Hugo Chávez tendo como base o referencial teórico da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

1.4 JUSTIFICATIVA

A elaboração deste trabalho parte do fato de a Venezuela se destacar no cenário internacional tanto no aspecto de seu posicionamento na geopolítica latino-americana quanto na integração daquele país na OPEP, tornando-se um sócio ativo de um organismo de importância inegável na economia mundial.

Outra motivação para a realização do trabalho é trazer para o mundo acadêmico um tema muito presente na mídia, mas pouco discutido em termos de pesquisa científica.

1.5 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizadas, de forma combinada, pesquisa exploratória e bibliográfica.

Malhotra (2003) informa que a pesquisa exploratória tem como principal objetivo prover a compreensão do problema proposto.

Cooper e Schindler (2003) esclarecem que o primeiro passo em um estudo exploratório é a busca de literatura secundária, representada por pesquisa bibliográfica.

A escolha da pesquisa bibliográfica como suporte ao estudo exploratório se deve às vantagens que esse tipo de pesquisa traz ao investigador. A principal delas é permitir “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, de acordo com Gil (2002, p. 45)

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador busca oferecer ao contexto acadêmico uma bibliografia respeitável e atualizada. Para tanto, foram pesquisados livros e trabalhos científicos, em formato impresso e eletrônico.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Capítulo 1– Introdução: apresenta o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além da justificativa e dos aspectos metodológicos.

Capítulo 2 – Economia política dos sistemas-mundo (EPSM): apresenta a análise dos principais teóricos e princípios desse sistema.

Capítulo 3 – A Venezuela de Hugo Chávez: apresenta os aspectos sociais, políticos e econômicos dos dez anos de governo chavista.

Capítulo 4 – O governo Chávez sob a ótica da Economia política dos sistemas-mundo (EPSM): analisa a década de governo chavista do ponto de vista de sua inserção nos princípios da EPSM.

Completam o trabalho a conclusão e as referências utilizadas.

2 ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO (EPSM)

Neste capítulo são apresentados o histórico, o conceito e os teóricos que embasaram a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM)

2.1 HISTÓRICO E CONCEITO DE EPSM

A Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) surgiu em 1981 como uma seção da Associação Americana de Sociologia, por iniciativa dos pesquisadores interessados em institucionalizar o campo de pesquisa aberto por Immanuel Wallerstein em 1974, com o lançamento do 1º. volume de “O Moderno Sistema Mundial”.

Arienti e Filomeno (2007, p.100) informam:

Os conceitos de moderno sistema mundial, economia-mundo capitalista e sistema interestatal surgem no bojo de uma nova abordagem sobre a história do capitalismo, que emergiu em meados dos anos 70 do século XX, com a publicação do artigo seminal *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis*⁴ e do volume *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, ambos de autoria de Immanuel Wallerstein.

De modo geral, pode-se dizer que a EPSM estuda o surgimento, desenvolvimento e desintegração de sistemas sociais históricos, pesquisados através do método comparativo, objetivando chegar a generalizações sobre interdependências entre os componentes do sistema e a princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos.

Tais sistemas, na abordagem da EPSM, constituem a unidade de análise mais adequada para o estudo da vida social, substituindo sociedade e Estado como

lugar analítico tradicional no papel de entidades em que a vida social se desenrola. (WALLERSTEIN, 2006).

De acordo com o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo [(GPESM) (2008)], esses conjuntos de estruturas abrangem processos econômicos, políticos e culturais, relativamente autônomos, no sentido de que sua continuidade é garantida pelos acontecimentos que têm lugar no seu próprio interior.

Para dar conta desta tarefa, a ESPM lança mão do método comparativo. Tilly(1984, pg. 147 apud GEPSM, 2008) conclama os cientistas sociais a abandonar os postulados das ciências sociais do século XIX e propõe como caminho epistemológico a comparação:

Se nos movemos do plano macro histórico em que este livro operou para o plano das análises do sistema e da história mundiais, aumenta a importância da comparação globalizante (*encompassing comparison*), ao mesmo tempo que declina a viabilidade da comparação universalizante e da comparação que busca princípios de variação. Para nosso próprio tempo, é difícil imaginar a construção de qualquer análise válida da mudança estrutural de longo prazo que não relacione, direta ou indiretamente, as alterações particulares aos dois principais processos independentes desta era: a criação de um sistema de estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial. Nos defrontamos com o desafio de integrar na história as grandes estruturas, os longos processos e a enormes comparações.

Os sistemas sociais podem ser mini-sistemas, por sua modesta abrangência geográfica e duração, ou sistemas-mundo, por sua maior magnitude espacial e temporal, cuja única divisão do trabalho contém múltiplos sistemas culturais.

Os sistemas-mundo, de acordo com sua configuração política, são classificados em impérios-mundo (quando em todo o espaço coberto pela divisão do trabalho existe uma única estrutura política) e economias-mundo (com uma superestrutura política fragmentada em diversas unidades). As economias-mundo foram definidas por Braudel (1998) como “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar-se a si próprio, e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.

Atualmente, de acordo com Braudel (1998, p. 76):

Vivemos em um sistema-mundo – a economia-mundo capitalista. Capitalismo e economia-mundo (isto é, uma divisão do trabalho com múltiplas culturas e unidades políticas) são os dois lados de uma mesma moeda. Um não é causa do outro. Estamos meramente definindo diferentes aspectos do mesmo e indivisível fenômeno.

Assim, quando aplicada à economia-mundo capitalista, a EPSM se volta prioritariamente para o estudo das grandes estruturas – que abarcam grandes espaços – e os longos processos – que atravessam e condicionam a vida de muitas gerações – em busca de generalizações sobre interdependências entre os componentes do sistema e de princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos. (ARRIGHI, 2003).

O adjetivo “sistêmico” remete, assim, à rede de processos econômicos, políticos e culturais que figuram na base de coesão dos sistemas históricos. O qualitativo “histórico”, por seu turno, traduz o entendimento de que esses sistemas são delimitados temporalmente, isto é, tem início e fim.

Wallerstein informa :

Os minissistemas que existiram até agora foram absorvidos pela expansão de sistemas-mundo. Atualmente, portanto, os únicos sistemas sociais possíveis são os sistemas-mundo. Um sistema-mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas.(WALLERSTEIN, 1991 apud GEPSM, 2008)

Para Kaminishi (2006, p. 34):

O Moderno Sistema Mundial (MSM) surge como alternativa contemporânea para explicar a dinâmica do sistema capitalista, com base profunda na perspectiva dialética marxista como método e unidade de análise crítica do sistema social. Esta abordagem manifesta-se claramente em oposição à forma fragmentada de teorias de cunho mecanicista da modernidade. O sistema-mundo exhibe um modelo com divisão do trabalho que implica em forças internas e relações de produção da economia-mundo, num movimento estrutural que inclui o centro, a semiperiferia e a periferia, com forte tendência secular de expansão e de incorporação de novos Estados-nação.

Nesse sentido, Wallerstein (2006) divide os sistemas-mundo em dois tipos: impérios-mundo e economias-mundo.

Os impérios-mundo envolvem dois ou mais grupos culturalmente distintos, que dependem de um sistema de governo único, vinculado à elite de um centro, que mantém limites geopolíticos específicos, dentro dos quais controla a divisão do trabalho e estabelece a apropriação forçada de excedente, através de uma redistribuição de tributos feita por burocracia e exército extensos.

Uma economia-mundo, ao contrário, é constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não há uma unidade política central, por isso não é um império-mundo e sim um sistema interestatal, como se verá adiante.

As economias-mundo, segundo a análise de Wallerstein (2006), tendiam, historicamente, a ser dominadas por uma única unidade política e a ser incorporadas em impérios-mundo.

A economia-mundo capitalista, no entanto, apresentou-se como uma força superior a essa tendência. Arienti e Filomeno (2007) citam Wallerstein (1979, p. 3): "Os impérios políticos são meios primitivos de dominação econômica". Para o autor, o capitalismo oferece uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente.

Arienti e Filomeno (2007) consideram esses conceitos a base para Wallerstein fazer sua análise histórica da mudança social no capitalismo. O moderno sistema-mundo é, por definição do autor, uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados nacionais que, juntos, formam o sistema interestatal.

As citações de Wallerstein remetem a considerações sobre os estudiosos que embasam a teoria da economia Política dos Sistemas-Mundo, assunto do próximo tópico.

2.2 TEÓRICOS DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

Três teóricos servem de base à concepção da EPSM: Wallerstein, que contribui com o sistema capitalista mundial como unidade de análise e os conceitos de economia-mundo e sistema interestatal; Fernand Braudel, cuja contribuição metodológica da noção de longa duração enriquece a análise com o esquema tripartido, a qual possibilita a articulação diferenciada do capitalismo com a economia de mercado e com as estruturas do cotidiano; e finalmente, Arrighi, cujo conceito de ciclo sistêmico de acumulação permite analisar a história do sistema mundial com diferenças qualitativas ao longo do tempo. (ARIENTI e FILOMENO, 2007)

Voigt (2007) corrobora tal afirmativa ao informar que a EPSM teve como principal formulador o sociólogo e analista Immanuel Wallerstein, cujo conjunto de obras procurou estabelecer uma abordagem alternativa às teorias realistas e liberais fortemente identificadas com o pensamento dos centros hegemônicos de poder.

O autor aponta Arrighi, da Universidade *Johns Hopkins*, como outro importante analista dessa perspectiva teórica.

No tópico a seguir, apresenta-se uma síntese das principais contribuições desses teóricos.

2.2.1 Contribuições de Wallerstein

Arienti e Filomeno (2007) apontam duas contribuições básicas de Wallerstein: a definição do sistema mundial como unidade de análise e a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal.

Rojas (2007) sintetiza a contribuição de Wallerstein em quatro linhas básicas, a saber:

- a) visão histórico-crítica;
- b) análise crítica dos principais acontecimentos e processos do século XX;
- c) estudo dos fatos históricos paralelo a um exercício de projeções da evolução da economia-mundo; e
- d) reflexão epistemológica dos modos de apreensão dos aspectos sociais.

Para Rojas (2007), a visão histórico-crítica objetiva explicar, de maneira completa, a história do capitalismo e da modernidade desde o século XVI até o momento presente. (Tradução livre do autor)

O segundo aspecto central da obra de Wallerstein, na visão de Rojas (2007), “prolonga e concretiza o argumento do primeiro aspecto” porque “ analisa as realidades e tendências mais próximas de nós, na medida em que correspondem aos contextos específicos dos personagens, os fatos e processos evolutivos que vivemos, observamos e protagonizamos”. (Tradução livre do autor)

O terceiro aspecto, segundo Rojas (2007), aborda uma problemática dupla, cobrando tanto o estudo da história mais imediata quanto o audacioso exercício de definição dos possíveis cenários prospectivos da futura evolução do sistema-mundo capitalista. (Tradução livre do autor)

Immanuel Wallerstein acompanhou os fatos que vivia com explicações críticas, com forte densidade histórica dos fatos imediatos, numa clara perspectiva global e comparativa, ou seja, sob uma perspectiva geograficamente planetária atenta às similitudes, diferenças e causalidades

e recorrências comuns desses mesmos fatos analisados.(Tradução livre do autor)

A quarta linha mestra da obra de Wallerstein e da perspectiva da análise dos sistemas-mundo corresponde à reflexão epistemológica crítica a respeito dos modos atuais de apreender as realidades sociais investigadas e, mais genericamente, da configuração da atual estrutura dos saberes constituídos pela modernidade capitalista vigente.(ROJAS, 2007)

2.2.2 Contribuição de Braudel

A abordagem do moderno sistema mundial incorpora o método da longa duração proposto por Braudel (1958) como referência para suas análises que tinham não só hipóteses inovadoras de interpretação histórica, mas, sobretudo, pretensões globalizantes e estruturantes no sentido de articular determinações de várias estruturas na explicação da história do sistema.

Cada estrutura tem seu próprio tempo e, se considerar que o sistema é complexo, devem-se respeitar as continuidades de estruturas em meio a mudanças de outras estruturas. Nesse sentido, a longa duração é a dimensão temporal adequada para análises da mudança em sistemas históricos complexos. Se os autores da abordagem conseguem aplicar com êxito tal método, isso é uma questão em aberto, mas o método da longa duração é uma referência.

Braudel deu uma contribuição à abordagem, ao incluir o conceito de economia-mundo, como proposto por Wallerstein, na análise do terceiro volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (Braudel, 1995). Sua contribuição conceitual, à qual se dará mais destaque mais adiante, está na forma de sintetizar o caráter heterogêneo do capitalismo histórico, ao propor analisar as diferenças regionais com um esquema tripartido.

Braudel (1985) divide a vida econômica, no capitalismo, em três conjuntos de atividades, em três “andares”. A camada inferior dessa estrutura tripartida é denominada “vida material” e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais

e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada por seu valor de uso, não pelo seu valor de troca.

O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras (e não apenas às trocas esporádicas), à produção para o mercado (e não simplesmente à troca de excedente do auto-consumo) e à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca.

Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartida, ocupada pelo que Braudel (1995) chamou, especificamente, de capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas. É onde se encontram as trocas desiguais, em que a concorrência (característica essencial da “economia de mercado”) tem um reduzido lugar. (ARIENTI E e FILOMENO, 2007)

2.2.3 Contribuição de Arrighi

Arrighi, assim como Wallerstein e Braudel, estava interessado em apresentar uma descrição e uma interpretação das estruturas de longa duração do capitalismo histórico. Contudo, ao realizar estudos nesse sentido, percebeu que o processo de formação e expansão do capitalismo histórico não se deu por uma trajetória linear dentro de estruturas imutáveis e relações permanentes.

Há uma dinâmica com continuidades de estruturas e de relações — daí a longa duração — e descontinuidades com inovações nas estruturas e com novas relações entre elas — daí a mudança. Ao longo da história do capitalismo, houve mudanças sistêmicas, caracterizadas por processos de reorganização radical do moderno sistema-mundo, que alteraram substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 30).

No entanto, uma característica essencial do capitalismo permaneceu nas mudanças, que, por isso, foram analisadas como mudanças cíclicas. Para Braudel e Arrighi, o capital tem flexibilidade ilimitada, com ampla capacidade de mudança e de adaptação.

A dinâmica cíclica do capitalismo histórico, embora se apresente, a cada época, sob formas concretas aparentemente mais complexas ou sofisticadas, em diferentes tempos e lugares, possui uma lógica subjacente e repete essencialmente as mesmas contradições sistêmicas do capitalismo, que são resolvidas apenas temporal e parcialmente.

Essa interação entre os aspectos essenciais do capitalismo histórico, que se reproduzem, e suas formas concretas, que se transformam, é comentada por Arrighi (1996), ao afirmar que os ciclos sistêmicos de acumulação não só indicam uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos como também constituem rupturas nas estratégias e estruturas que historicamente moldaram esses processos.

Na proposição de Arrighi (1996), a expansão do moderno sistema –mundo até suas dimensões atuais deve ser compreendida através de uma série de reorganizações fundamentais que o colocaram em diferentes etapas de desenvolvimento.

Ao procurar semelhanças e diferenças entre essas etapas, seguindo a abordagem do sistema mundial e a perspectiva da longa duração, que Arrighi (1996) percebeu que um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais era hegemônico no sistema-mundo.

Através de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas, por meio das quais promovia, organizava e regulava a expansão da economia-mundo capitalista, esse bloco exercia sua hegemonia.

A esse conjunto específico de inovações e estratégias que conquistaram a liderança do sistema-mundo Arrighi (1996) denominou “regime de acumulação em escala mundial” e percebeu que cada um desses regimes apresentava um comportamento cíclico“.

Arrighi (1996) procurou compreender os processos de mudança sistêmica, com reorganização radical do sistema-mundo, como transições hegemônicas, definidas como momentos de mudança no agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão baseados.

Para interpretar essa trajetória histórica, Arrighi (1996) propôs o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação: ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas.

Trata-se, portanto, de um novo conceito proposto na abordagem para analisar a dinâmica e a mudança de dinâmica da economia-mundo capitalista e da hegemonia no sistema interestatal.

Em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais ou aliança capital e Estado) estão na liderança do “andar superior” da economia. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. (ARRIGHI, 1996)

Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Arrighi (1996, p. 10) coloca que o principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação é descrever e elucidar a formação, a consolidação e a desintegração desses sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu desde o “longo” século XVI até a atualidade. Os ciclos apresentam caráter “sistêmico”, pois dizem respeito a um modo de desenvolvimento do moderno sistema-mundo em um determinado período.

Isso significa, seguindo a definição de moderno sistema-mundo, que abarca tanto os processos de transição e consolidação de hegemonias de um Estado nacional sobre o sistema interestatal quanto as transformações de larga escala nos processos de acumulação de capital ocorridas na economia-mundo capitalista. (ARIENTI e FILOMENO, 2007)

O conceito de ciclos sistêmicos de acumulação orienta a descrição da ascensão e queda das hegemonias e dos regimes de acumulação. Orienta também a análise da alternância entre fases de expansão material e expansão financeira dentro de um mesmo ciclo.

Cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial, de expansão material, seguida de uma fase final, de expansão financeira. Nas fases de expansão material, os capitalistas usam seu capital monetário para mover uma crescente massa de produtos (o que inclui força de trabalho e outros fatores de produção transformados em mercadoria), esperando, através da posterior comercialização dos produtos finais (realização da mais-valia), ampliar ainda mais a liquidez de que dispunham quando converteram seu capital monetário em mercadorias, antes de iniciar propriamente a produção e o comércio.

Nessa fase, a introdução de inovações no processo de acumulação e no sistema interestatal pelos novos agentes hegemônicos faz com que as atividades produtivas e comerciais proporcionem, em relação às demais atividades econômicas, maior lucratividade, ou seja, apresentem maior potencial enquanto meios para a valorização do capital. O investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital a taxas de lucro extraordinárias. A acumulação de capital dá-se predominantemente sob a forma produtiva.

Após certo tempo de expansão material, a super acumulação de capitais concretiza-se, isto é, a acumulação de capital é muito superior à que pode ser investida com lucro, no comércio e na produção, nas estruturas vigentes do regime de acumulação mundial.

As organizações e os indivíduos capitalistas reagem a essa situação, retendo, em forma líquida (monetária), uma proporção crescente de seus rendimentos, aumentando a disponibilidade de capital circulante em nível mundial. Cria-se uma massa de liquidez excessivamente abundante. A mudança de percepção por parte dos agentes capitalistas hegemônicos faz com que o capital-mercadoria (M) — capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro — passe a reconverter-se em capital-dinheiro (D) — capital monetário.

Arrighi (1996) denomina esse momento crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação. O capital deixa progressivamente a rigidez em direção à liquidez, à liberdade de escolha, à flexibilidade. Quando os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros.

Os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista *DMD'*: a fase de expansão material é uma fase *DM*, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase *MD'*. Nas fases de expansão financeira, observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula *DMD'* para *DD'*: o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, concentrando as atividades centrais, isto é, aquelas que geram uma maior transferência de valor para seus capitais, na valorização na esfera financeira.

A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas.

Arienti e Filomeno (2007, p. 122) informam que, nessa fase, um volume crescente de capital procura sua valorização na esfera financeira:

Trata-se de um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação.

Arienti e Filomeno (2007, p. 121) esclarecem que “o conceito de ciclo sistêmico de acumulação permitiu que Arrighi (1996) propusesse uma periodização do capitalismo histórico”.

Os autores explicam:

Tais ciclos são identificados pelas suas potências hegemônicas, e cada um apresenta uma fase de expansão material e financeira. Para uma visualização dos ciclos sistêmicos, ver Arrighi (1996, p. 219). O primeiro ciclo é o genovês e abrange o longo século XVI, isto é, de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, alcançando o período de 1780 a 1930. O quarto ciclo sistêmico é o norte-americano, com os Estados Unidos como potência hegemônica e tendo como primeira fase o período de 1930-45 até a década de 70. (ARIENTI e FILOMENO, 2007, o. 122)

Em resumo, a principal contribuição de Arrighi (1996) reside no conceito de ciclo sistêmico de acumulação não só para a abordagem do sistema capitalista mundial quanto para a interpretação da história e das fases com mudanças qualitativas do capitalismo mundial.

3 A VENEZUELA DE CHÁVEZ: PETRÓLEO, PODER, DINHEIRO E SOCIEDADE

Maringoni (2004, p 85) afirma que “para entender o governo Chávez e o que de fato está em disputa nele, é preciso compreender a estreita inter-relação entre petróleo, poder, dinheiro e sociedade”.

De acordo com o autor, “poucas coisas ocorrem na Venezuela que não tenham, direta ou indiretamente, a ver com petróleo. Não fosse pelo ouro negro, a Venezuela seguiria sendo o que era no início do século XX: um país pobre e de escassa relevância na América latina”. (MARINGONI, 2004, p.84)

O autor acrescenta:

O combustível moldou períodos ditatoriais e democráticos e serviu de amortecedor da luta de classes nos períodos de bonança, quando o preço do produto disparou no mercado internacional, entre as décadas de 1970 e 1980. Motor e carburante de uma região primário-exportadora até os anos 1920, ele transformou a face desta parte do continente em pouco mais de meio século, deixando para trás uma economia atrasada, baseada em cacau, café e criação de gado. (MARINGONI, 2004, p. 84)

3.1 ANTECEDENTES POLÍTICO-ECONÔMICOS DO GOVERNO CHÁVEZ

Barros (2007) informa que, politicamente, vigorou por quarenta anos, até a eleição de Hugo Chávez em 1998, um período de alternância de poder entre os partidos COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente) e a AD (Acción Democrática).

A decisão de submeter o projeto de desenvolvimento à exportação de petróleo, a Venezuela passa a ser, paradoxalmente, um país isolado dos vizinhos. Exporta petróleo, importa o resto; principalmente dos Estados Unidos. Desde a década de 1970, o petróleo responde por mais de 75% das exportações, 50% da arrecadação do Estado e entre 25% e 30% do produto venezuelano.

Nesse contexto, Furtado (2008) chama a atenção para a benção duvidosa do petróleo. Os lucros obtidos por sua exportação inundam a economia com tantos dólares que tornam a moeda local excessivamente valorizada, prejudicando o desempenho dos outros setores econômicos (indústria, agricultura) que só sobrevivem à custa de subsídios e proteção pesada e ineficiente.

Dentro dessa perspectiva, Furtado (2008, p.65) analisa que os ganhos de produtividade agrícola seriam capazes de "elevar a renda real da população rural e reduzir os preços relativos nas zonas urbanas". Dessa maneira, " a elevação da renda real da população rural e a redução dos preços relativos dos alimentos das zonas urbanas são pré-requisitos para o desenvolvimento do mercado interno." (p. 78)

Em 1976, a Venezuela, como muitos outros países, nacionalizou a indústria petroleira. Acreditava-se que a estatal Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA) seria a matriz de um conjunto de empresas até então transnacionais, mas o que se verificou posteriormente foi o descolamento da administração da empresa para longe dos interesses da sociedade venezuelana.

A excessiva autonomia da PDVSA resultou na política de *apertura petrolera* iniciada no governo Carlos Andrés Pérez (LANDER, 2002).

O sistema funcionou bem durante toda a década de 1970, devido, sobretudo, aos altos preços do petróleo. Entretanto, na década de 1980, a fartura chegou ao fim: os preços do petróleo desabaram e a Venezuela não ficou imune à crise da dívida que atropelou qualquer tentativa de desenvolvimento de quase todos os países da América Latina.

Desde a década de 1950, os Estados Unidos da América são responsáveis por mais da metade, nos dois lados da balança, do comércio exterior da Venezuela.

O preço do barril do petróleo chegou aos US\$ 40,00 em 1979, no começo daquela década estava abaixo dos US\$ 4,00 (valores não corrigidos), de acordo com Barros (2007)

A Venezuela, que muito pouco ou quase nada soube beneficiar-se dos dois choques do petróleo, de 1973 e 1978, vinha afundando em uma situação cada dia mais complicada, desde o início dos anos 1980.

No início dos anos 90, o país foi entregue aos interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI). Iniciou-se o acelerado processo de destruição nacional, abrangendo: redução do papel do Estado na economia, desinvestimento, desindustrialização, privatização dos setores estratégicos e redução dos históricos direitos trabalhistas.

Severo (2006) informa sobre a privatização ou desnacionalização da Compañía Nacional de Teléfonos (Cantv), da Siderúrgica del Orinoco (Sidor), da Venezolana Internacional de Aviación S.A. (Viasa), instituições financeiras, centrais açucareiras, estaleiros navais e empresas do setor da construção. Em 1998, já estava prevista a entrega da PDVSA aos cartéis internacionais.

Severo (2006,P.3) explica essas decisões da seguinte maneira:

Tudo se fez supostamente em nome da redução do déficit fiscal, do estímulo à entrada de capitais estrangeiros, à modernização da indústria nacional, maiores eficiência, produtividade e competitividade, redução da inflação e diminuição do desemprego. Puro verso semântico para dissimular o Consenso de Washington e apresentá-lo com a doçura de um canto de sereia. Menos de dez anos depois, organismos internacionais como a Cepal, o Banco Mundial, o FMI e, inclusive, o Vaticano reconheceram o rotundo fracasso destas políticas.

O povo venezuelano já tinha se alçado e decidido trilhar outro caminho. Isto foi demonstrado no Caracazo de 1989 e nos dois levantes cívico-militares de 1992, o primeiro deles liderado pelo então desconhecido Comandante Chávez. Estas insurreições, diferentemente do que aconteceu nos demais países da região, frearam em certo grau a aplicação da agenda neoliberal.

Uchoa (2003, 2003, p. 142) informa que “os últimos anos da década de 1970 já haviam dado os primeiros sinais de que se esgotava o padrão de acumulação da economia venezuelana, baseado nos recursos petrolíferos”.

Naquela época, as contas nacionais deterioravam-se. O país era rico como nunca, mas sua indústria era incapaz de atender a todas as demandas de consumo e investimento, como consequência, o país importava toda sorte de produtos, inclusive, alguns de sua cesta básica.

O papel do petróleo na economia Venezuela é visto assim por Uchoa (2003, p.143):

Não é difícil entender o duplo efeito do petróleo na economia da Venezuela. Como se trata de um produto básico, uma matéria-prima (*ou commodity*, na linguagem das finanças), o preço do petróleo não é fixado pelo país que o produz, mas sim por uma negociação entre compradores e vendedores nas principais bolsas de mercadorias do mundo.

Uchoa (2003) considera a descoberta de petróleo em águas venezuelanas mais que lucrativa, pois transformou um país até então agrário numa nação urbana e moderna, acrescentando que o petróleo era o recurso por trás da prosperidade venezuelana, Carlos Andrés Pérez foi o presidente que o utilizou à exaustão.

Para o autor, a Venezuela historicamente possui duas maneiras de obter recursos: por meio dos dólares provenientes das exportações de petróleo, que financiam tanto os compromissos externos quanto os gastos internos do governo e por meio de empréstimos junto a organismo multilaterais como o FMI. (UCHOA, 2003)

Barros (2006, p. 214) afirma que “na Venezuela a essência do neoliberalismo dos anos noventa foi a desvinculação entre PDVSA e Estado”.

Uma das primeiras medidas do segundo governo de Carlos Andrés Pérez foi, ainda em fevereiro de 1989, aumentar os preços dos combustíveis na bomba. A consequência desta atitude, até certo ponto inesperada, foi uma revolta popular até hoje pouco compreendida.

O episódio foi tão inesperado que o Estado não estava preparado para reprimi-lo e os grupos políticos críticos ao sistema também não estavam preparados para apropriá-lo. O autor recorda que Carlos Andrés Pérez, logo após ter sido eleito, viajou para a Arábia Saudita, Kuwait e Argélia levando os analistas a preverem que o seu governo tentaria rearticular a OPEP e teria uma política internacional e econômica parecida com a que seu primeiro governo tivera.

Uchoa (2003, p. 152) relata que o *Caracazo* aconteceu de forma tão espontânea que pegou despreparados os grupos que planejavam captar a revolta popular para insurgir-se contra o governo:

Já ao meio dia os ônibus eram apedrejados e queimados em todo o país, e lojas, supermercados, *shopping centers*, pequenos comércios, nada escaparia aos saques de uma turba em que já não podia discernir o que eram trabalhadores em protesto ou simplesmente miseráveis famintos. Gangues urbanas se juntaram à confusão para promover vandalismo, roubos e invasões de estabelecimentos.

É nesse momento que entra em cena a figura de Hugo Chávez. Na época comandante do regimento de pára-quedistas na cidade de Maracay, Chávez era o cabeça do movimento.

Uchoa (2003, p. 161) relata o episódio:

Chávez[...] controlaria tudo a partir do museu histórico nacional, perto do palácio presidencial de Miraflores.[...] Se tudo corresse bem, na manhã da terça-feira, dia 4, a alta cúpula do poder militar já estaria presa, Miraflores tomado, e os novos revolucionários, no poder. Mas as notícias ruins começaram a chegar no início da noite.

Na manhã de 4 de fevereiro, o presidente Carlos Andrés Pérez foi à televisão anunciar a uma nação surpresa a repressão a um golpe de Estado originado em Maracay, Chávez resolveu se render. Sabia que, àquela altura, o movimento carecia de coluna vertebral e orientação. (UCHOA, 2003)

As reformas neoliberais de Carlos Andrés Pérez seguiam e, em fevereiro de 1992, após aprovar a Lei de Privatizações, um grupo de militares de baixa patente liderados pelo tenente-coronel Hugo Chávez fracassou na tentativa de derrubar o governo através de um golpe militar. Os participantes do movimento armado foram presos; mas em novembro do mesmo ano ocorreu nova tentativa de golpe, agora muito mais violenta, liderada pelo vice-almirante Hernán Grüber. Ambas tentativas não tiveram imediato apoio popular, porém Hugo Chávez, mesmo preso, se converteu na principal referência de oposição ao bipartidarismo venezuelano.

Apesar da derrota do golpe e do retorno de Pérez ao poder, um *impeachment* por corrupção marcou o fim de seu governo. Seguiu-se a eleição de

Rafael Caldera que teve grande dificuldade para executar seu programa de governo, que incluía reverter algumas privatizações do governo anterior.(BARROS, 2007)

A questão petroleira está na base dos dois governos anteriores ao de Chávez. Carlos Andrés Pérez tentou no início de seu governo reverter a internacionalização da PDVSA, mas a burocracia da companhia foi mais forte e conseguiu mantê-la.

A empresa, que sempre teve grande autonomia em relação ao governo passou a ter um caminho institucional livre para a *apertura petrolera*, caracterizada pela liberação da entrada de capitais transnacionais nas atividades primárias e pela redução da soberania jurídica e impositiva, diminuiu de forma significativa os ingressos fiscais do petróleo e colocou a Venezuela em posição desconfortável em relação aos integrantes da OPEP (BARROS, 2007).

Esse cenário possibilitou a ascensão de Chávez ao poder, assunto do próximo tópico.

3.2 A ASCENSÃO DE CHÁVEZ AO PODER

Chávez, a figura pública que melhor encarnava a repulsa ao modelo estabelecido de apropriação da renda, venceu as eleições com uma plataforma que enfatizava aspectos consensuais, como o combate à corrupção. Chávez sempre expressou uma posição anti-neoliberal, a necessidade de refundar a república e uma crítica profunda à *apertura petrolera*.(BARROS, 2007)

Maringoni (2004, p. 166) relata a eleição de Chávez:

Na sexta-feira, 11 de dezembro de 1998, Hugo Rafael Chávez Frias é proclamado presidente da República pelo Conselho Nacional Eleitoral. Do obscuro militar golpista e preso político, tinha se tornado a figura política mais importante da Venezuela num espaço de pouco mais de seis anos. Mais do que uma vitória dos partidos coligados sob o mando do Pólo Patriótico, aquela era uma vitória de liderança pessoal, que conseguiu catalisar vastos interesses prejudicados em meio às turbulências de um país

em ebulição. Esta característica tornar-se-ia determinante, para o bem e para o mal, nos anos seguintes.

Severo (2008) defende que “La elección presidencial representó nada más que el resultado de un proceso histórico, que desde la perforación de los primeros yacimientos petroleros había beneficiado a las compañías petroleras y a una reducida elite, en detrimento de la inmensa mayoría de la población”.

Chávez assume um país imerso numa crise estrutural de duas décadas, desde o final do período áureo da economia petroleira.

De acordo com Severo (2006, p,2), “em grande medida, Hugo Chávez ganhou as eleições de 1998 porque a Venezuela enfrentava sua mais catastrófica crise econômica, política, social, institucional e moral”.

A condução política da economia venezuelana durante o governo de Hugo Chávez possui quatro etapas distintas e claramente definidas. Para Severo (2006), cada um desses momentos foi determinado pelas ações do próprio governo ou pelas reações da oposição ao processo de mudanças e apresentou diferenças consideráveis na direção das políticas fiscal, monetária e cambial do país.

3.3 PROJETO POLÍTICO ECONÔMICO DE CHÁVEZ

O projeto político-econômico de Chávez pode ser analisado em quatro etapas, como se verifica a seguir.

3.3.1 Primeira etapa

Esta primeira etapa do governo Chávez corresponde à sua proposta para estabelecer uma “revolução democrática” (PMD, 1999)

De acordo com Barros (2007, p.216), essa proposta é a referência mais importante da política econômica do período 1999-2003:

Sua vertente econômica é denominada “El proyecto de transición: cinco pólos para una nova república” e começa com o tradicional diagnóstico do caráter mono-exportador da economia: “a dinâmica da economia venezuelana esteve decididamente vinculada ao excedente gerado por escassos produtos de exportação, havendo-se passado da mono-produção agro-exportadora a mono-produção petroexportadora”(MPD, 1999). (ministério de planejamento e desenvolvimento)

O documento apresenta algumas aspirações de ordem econômica, entre elas alcançar um sistema econômico competitivo, que promoveria a diversificação da economia como linha estratégica da política econômica e de ordem política, por meio de uma mudança, na qual se redefiniria o papel do Estado como promotor do desenvolvimento, da eficiência e da igualdade.

O programa defende a idéia de que o desenho econômico da Venezuela, num passado recente, havia aprofundado uma distribuição regressiva da renda e excluído a incorporação da população à atividade produtiva. Para reverter esse comportamento era necessário “desenvolver um modelo econômico que permita a produção global de riqueza e justiça”.

Barros (2007, p.217) explica:

Portanto, a política macroeconômica do Plano de Governo consistiu em um conjunto de enunciados gerais sem que tivesse clara a consecução de um objetivo estratégico; e a questão econômica estava longe de ser a prioridade. Este fato reforça a idéia de que o grupo político chavista se unificava principalmente pelo fato de se opor ao modelo de quarenta anos de bipartidarismo.

Entre as mudanças desejadas e necessárias incluía-se uma redistribuição das benesses do petróleo que incluiria recursos para diversificação da pauta produtiva do país como forma de diminuir a dependência externa e ampliar o mercado consumidor. A única forma de atingir esses objetivos consistia no controle, por parte do governo, dos recursos da companhia petroleira PDVSA.

Barros (2007, p. 218) destaca que “em nenhum momento o Programa de Governo sugere uma participação econômica como produtor direto. A máxima

chavista propalada na campanha e reforçada no discurso de posse era: “mercado até onde for possível e Estado apenas onde for necessário”, ou seja, nenhuma ruptura com o modelo neoliberal que vigorou em praticamente todos os países da América Latina nos anos 1990.

Severo (2008, p.6) retrata a Venezuela do primeiro ano de governo de Hugo Chávez:

Conforme demuestran los datos del BCV, los resultados trimestrales de 1999 indicaron un sucesivo deterioro en los indicadores económicos. Hubo permanentes caídas del PIB en todos los trimestres: -8,9% en el primero, -8,7% en el segundo, -4,3% en el tercero y -2,0% en el cuarto.

Durante el año, el PIB cayó un 6,0%, el PIB per capita bajó un -7,8% y la actividad económica se frenó en la mayoría de los sectores. Los resultados deben atribuirse esencialmente a la compleja situación económica heredada: el proceso de desinversión evidenciado desde principio de los años noventa y la baja cotización del petróleo. Además, es necesario recordar la campaña promocionada por los grandes medios de comunicación de Venezuela, América Latina y del mundo en contra Del presidente recién-elegido. El terrorismo mediático creó una ola de desconfianza que estimuló la salida de capitales y la reducción de las actividades productivas.

O autor considera que, em seu primeiro ano, o governo chavista não conseguiu superar as dificuldades políticas e de mercado encontrados por ele em sua ascensão ao poder.

3.3.2 Segunda etapa

Chávez assume respaldado por um voto de repúdio ao período anterior, porém não apresenta um projeto claro nem é sustentado por forças políticas para qualquer medida radical do Executivo, uma vez que não tinha maioria no parlamento.

Duas eram as condições necessárias para sua manutenção e fortalecimento no poder: manter a estabilização econômica e recuperar, em alguma medida, os preços internacionais do petróleo. Sem esta combinação, Chávez ficaria refém da elite que se apropriou do Estado durante os quarenta anos anteriores e cujo poder não foi afetado com a queda dos preços do petróleo. (SEVERO, 2006)

Como informado anteriormente, no primeiro momento do plano econômico chavista o Estado foi concebido como protetor do interesse geral da população e, por isso, cabia a ele promover as atividades econômicas privadas e regular a intervenção dos agentes econômicos para evitar condições de concorrência desleal.

Além disso, cabia ao Estado estimular e favorecer a acumulação de capital físico e humano do país, não só através de políticas de estímulo ao investimento nacional e estrangeiro, mas criando as regras do jogo que garantam a segurança jurídica dos capitais que assumam o risco de incorporar-se a esse esforço de transformação econômica. (BARROS, 2007)

O programa econômico da transição foi uma proposta para o curto prazo. Ele tinha dois propósitos bem definidos: reverter a grave situação socioeconômica existente e criar as bases para um crescimento com equilíbrio das variáveis macroeconômicas levando em conta as experiências frustradas recentes da Venezuela. (BARROS, 2007)

Nas palavras do próprio plano: “enfrentar o tempo de superar o prazo peremptório, a crise econômica e social generalizada que afeta nosso país” e “planejar uma estratégia organizada para impulsionar a reativação econômica em condições de estabilidade sustentada, que supere o movimento cíclico que periodicamente destrói as conquistas em matéria de estabilização e crescimento” (MPD, 2000).

O plano afirmava que o modelo de economia rentista, em vigor por 40 anos na Venezuela, no qual o Estado era a conexão entre a renda petroléira e as necessidades de consumo e investimento do setor não petroléiro, havia se esgotado.

O plano previa:

- a) uma política de abertura petroléira e de defesa dos preços do petróleo;

- b) na atividade agrícola se estabeleceram os chamados projetos bandeiras e,
- c) no setor industrial, o fortalecimento das pequenas e médias empresas; e
- d) a unificação dos sistemas de financiamento e o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Barros (2007, p. 219) enfatiza que “nem o Programa Econômico de Governo nem o de Transição fez qualquer menção especial ao papel que deveria cumprir a agricultura no crescimento sustentado da economia; também não foram previstos planos especiais para seu financiamento”

O programa econômico traçou três objetivos fundamentais:

- a) promover um crescimento econômico sustentado e diversificado;
- b) reduzir a inflação; e
- c) aumentar o nível de empregos.

No que se refere à redução da inflação, seria sustentada por um controle do câmbio real possibilitaria uma redução gradual da taxa de inflação dos bens tangíveis, o que, finalmente se traduziria em menores taxas de inflação na economia.

Portanto, a diminuição da inflação se sustentaria:

Em uma âncora cambial nominal, com a qual se ratificava a política que se adotou com a instauração do sistema de bandas cambiais em junho de 1996. O programa de transição manteve o esquema de bandas cambiais, para o qual a política monetária deveria manter um perfil restritivo com o objetivo de evitar um eventual excesso de oferta monetária que pudesse afetar a estabilidade do tipo de câmbio e, com isso, a taxa de inflação. A política fiscal desse período procurava uma melhora dos ingressos ordinários, principalmente os petroleiros, e uma reorientação dos gastos com o objetivo de aumentar sua produtividade mediante a redução dos organismos públicos, simplificação dos tramites e aumento do gasto de capital no orçamento.(BARROS, 2007, p.220)

A Política Econômica da Transição reforça a idéia de que o governo Chávez, pelo menos nos dois primeiros anos de mandato, não tinha como objetivo central qualquer guinada radical no campo econômico interno.

O foco das preocupações do governo era evitar alguma crise de desconfiança interna ou externa que afetasse a economia e que inviabilizasse as mudanças institucionais sem as quais seria impossível controlar a repartição dos recursos do petróleo, aumentar a participação de novos atores na política e enfraquecer as estruturas políticas anteriores a seu governo.

Barros (2007) considera que os resultados da política econômica nos anos de 1999, 2000 e 2001 foram relativamente satisfatórios. O novo governo assumiu o país em retração e o PIB teve queda acumulada de 5% em 1998/99. Nos dois anos seguintes o produto cresceu a taxas médias de 3,5% ao ano.

A nova constituição foi referendada em 1999 instituindo as seguintes mudanças: o nome do país passou a ser República Bolivariana da Venezuela; o Senado foi eliminado e se criou uma assembléia nacional unicameral; o mandato presidencial passou a ser de 6 anos, com possibilidade de uma reeleição. (SEVERO, 2008)

Barros (2007, p. 224) comenta que a nova constituição estabeleceu uma nova concepção de cidadania social representada pela co-responsabilidade entre Estado e cidadãos, acrescentando:

Dessa forma, a principal razão para a criação da nova constituição foi criar bases jurídicas para que se funde uma outra República, o que implica em reordenar o território, provocar uma mudança cultural e, ao mesmo tempo, re-legitimar as instituições políticas e os poderes públicos que afetam o Estado. A nova Constituição mudou o paradigma de Estado na Venezuela, bem como criou as bases institucionais para a mudança da economia rentista para uma economia produtiva, impulsionando articulação social para que essas mudanças se concretizem.

Outro aspecto importante da nova Constituição foi ter criado as bases para a retomada do controle da principal riqueza do país por meio do Art. 303:

Por razões de soberania econômica, política e de estratégia nacional, o Estado conservará a totalidade das ações da Petróleos de Venezuela S. A. ou do ente criado para o manejo da indústria petroleira, excetuando as das filiais, associações estratégicas, empresas e qualquer outra que se constituiu ou constitua como consequência do desenvolvimento dos negócios da Petróleos de Venezuela S. A. (CONSTITUIÇÃO BOLIVARIANA/1999)

A esse período de retomada do controle da riqueza nacional, segue-se o estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento.

3.3.3 Terceira etapa

Em setembro de 2003, o Ministério de Planejamento e Desenvolvimento apresentou as linhas gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007 tem como base os “Cinco Equilíbrios”: político, econômico, social, territorial e internacional. Propõe soluções para problemas estruturais como concentração de renda, má utilização das terras agrícolas, a distorção da demanda e da oferta internas, a excessiva dependência nacional frente aos ingressos petroleiros, a política internacional pouco diversificada, entre outros fatores. (SEVERO, 2008)

O Plano da Nação 2001-07 traça as linhas mestras da política petroleira, entre as quais o fortalecimento da OPEP com o objetivo de assegurar o controle sobre a oferta petroleira e, conseqüentemente, defender os preços. A estratégia desse plano, de acordo com Barros (2007), incluía:

- a) o redimensionamento dos planos e projetos da PDVSA e suas filiais, com a finalidade de adequar o montante de seus investimentos a evolução do mercado energético mundial;
- b) a avaliação dos investimentos da PDVSA no exterior com o objetivo de precisar sua rentabilidade, os custos de oportunidade e segurança do mercado; e

- c) prioridade ao investimento privado nacional mediante um processo de formação de novos capitais nacionais orientados para essa atividade.

Severo (2008, p. 9) destaca um dos momentos mais importantes do segundo momento do governo Chávez:

Em noviembre, la Asamblea Nacional aprobó una Ley Habilitante, que autorizó al presidente de la República a promulgar decretos con fuerza de ley y carácter de urgencia, facilitando la adopción de las reformas. Poco tiempo después, el primer mandatario presentó un paquete de 49 leyes en temas estratégicos como: petróleo, gas, propiedad rural, sistema financiero, impuesto sobre la renta, cooperativas, pesca, etc. Con esas medidas, empezaron a ser efectivamente amenazados los tradicionales intereses del imperialismo y las clases dominantes.

Barros (2007) destaca, dentre as chamadas Leis Habilitantes, a Lei de Hidrocarbonetos, que previa um aumento nos repasses para novas licenças e uma mudança na contabilização das atividades internas e externas da PDVSA.

Severo (2008) comenta os objetivos da Ley de Hidrocarburos:

- a) Recuperar el papel central del Estado en el tema petrolero, a través del Ministerio de Energía y Minas;
- b) aumentar los ingresos fiscales de origen petrolera, estableciendo el cobro de 20% de regalía para el gas natural y 30% para los hidrocarburos líquidos;
- c) fortalecer la OPEP y hacer con que Venezuela respetara los compromisos soberanamente asumidos con la organización;
- d) romper con las tendencias favorables a la privatización de PDVSA, por meio da Constitución de 1999 ;
- e) estimular la participación de empresarios petroleros nacionales.

A partir desse momento, alastra-se o descontentamento contra o governo Chávez, por parte da mídia, da FEDECAMARAS, pelo sindicato patronal e por setores conservadores culminando com o golpe de Estado de 11 de abril de 2002,

que teve apoio, em maior ou menor grau, de praticamente todos os executivos da PDVSA.

Maringoni (2004, p.33) afirma:

A história do golpe de abril, na Venezuela, pode ser resumida como a tentativa da realidade virtual de se apoderar do que se poderia chamar de mundo real. E a crônica da reação popular seria a narrativa de como a realidade empurrou de volta às telas, ao mundo do simbolismo eletrônico, a fúria das classes dominantes”.

O autor acrescenta que desde as eleições de 1998, as grandes corporações de comunicação venezuelanas – em especial os meios eletrônicos –buscaram construir uma realidade virtual de insatisfação e confronto permanente.

Severo (2008) comenta:

Los preparativos para el golpe de Estado de 2002 fueron capitaneados por Pedro Carmona (Fedecámaras) y Carlos Ortega (CTV), con pleno apoyo de los grandes medios privados de comunicación. El 11 de abril, francotiradores a mando de la oposición dispararon desde diversos puntos del centro de la ciudad en contra manifestantes que marchaban tanto en apoyo al gobierno como en su contra. Los canales privados de televisión, cumpliendo su función en un show ingeniado muchas semanas antes, distorsionaron los hechos y acusaron al gobierno por los asesinatos. Mucho antes que sucedieran esos lamentables acontecimientos, los militares golpistas ya habían grabado un video en el cual condenaban las muertes y declaraban su desobediencia.

Para Marangoni (2004, p.39), o golpe contra Chávez começa a ser derrotado quando “teve início, em vários bairros populares, primeiro de forma tímida e depois intensa, um panelaço que se prolongou por várias horas.”

Severo (2008, p.12) também registra a manifestação do povo a favor de Chávez:, cujo retorno ao poder foi “garantido por manifestações multitudinárias sem precedentes. De fato, em nenhum lugar do mundo se tem conhecimento de que um

golpe de Estado[...] tenha sido derrotado, depois de consumado, em menos 48 horas”.

O golpe fracassou, mas a organização dos setores golpistas fez com que, em dezembro de 2002, tivesse início uma greve patronal nacional a partir da PDVSA, que também parou quase todas as empresas transnacionais do país. O nível de produção de petróleo chegou próximo de zero e, como medida extrema para a PDVSA não suspender completamente suas atividades, o governo aceitou o envio de muitos técnicos cubanos, para trabalhar na estatal.

A partir daí somente duas opções seriam exeqüíveis: a renúncia do presidente ou uma reforma radical da PDVSA com a substituição de toda sua direção. A mudança não ficou restrita à direção; dos 40 mil funcionários da estatal, mais de 17 mil foram demitidos. A grande ameaça do antigo grupo gestor, de que não haveria pessoal qualificado fora da empresa para manter o alto nível de produção se mostrou improcedente com a rápida recuperação da empresa.

Em pouco tempo o nível de produção já se igualava ao de 2001. É inegável que a recuperação do preço do barril do petróleo ajudou a Venezuela e a PDVSA a saírem da crise. Internamente, a oligarquia da PDVSA havia ajudado o governo a acelerar o passo da reforma petroleira quando se posicionou contra o país e deu legitimidade para que o governo passasse a controlar a empresa. (BARROS, 2007,)

Externamente, a invasão americana do Iraque levou o preço do petróleo a níveis reais próximos aos da década de setenta. O ingresso fiscal petroleiro é a principal fonte de recursos que dinamizam os setores não-petroleiros da economia.

Desse modo, o controle da PDVSA foi fundamental para o governo Chávez mudar a política econômica em seu governo e iniciar seus programas sociais, assunto do próximo tópico.

3.3.4 Quarta etapa

O termo estado controlado está associado ao controle da produção de petróleo pelo Estado e de seus excedentes pelo governo. Logo após a greve patronal-petroleira de 2002-03, o governo Chávez lança uma nova política social,

denominada missões sociais, que passam a influir na vida cotidiana de parte considerável da população venezuelana.

Os recursos necessários para estas missões vêm diretamente da PDVSA que, a partir de maio de 2004 criou também o FONDESPA (Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País), uma alternativa para o cumprimento dos princípios de vinculação adequada dos ingressos provenientes dos hidrocarbonetos com a economia nacional.

Barros (2007) informa que, em 2004, a PDVSA firmou contrato para criação de um fundo conjunto como o BANDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social), que se destinava a efetuar os pagamentos necessários para execução de programas e projetos de obras, bens e serviços destinados ao desenvolvimento da infra-estrutura, que já no primeiro ano contou com mais de US\$ 2 bilhões para investimento agrícola, saúde e educação no país.

Outra mudança econômica que possibilitou a Chávez implementar suas missões sociais foi o controle de capitais a partir da conturbada greve petroleira, quando a fuga de capital do país foi intensa.

O governo limitou as remessas para o exterior e impôs cota de importação limitada em US\$ 1000 por pessoa física, além de proibir o comércio de moeda estrangeira do país. A taxa de câmbio passou a ser fixa e corrigida anualmente.

Barros (2007, p.229) defende que “essas medidas, somadas à subida do preço do petróleo fizeram as reservas cambiais aumentarem numa velocidade jamais vista: depois de mais que dobrar, chegou a US\$ 31,05 bilhões em 2005”.

O governo, a partir das mudanças citadas, pôde mudar a legislação do Banco Central, possibilitando o uso de parte das reservas em programas sociais do poder executivo. Um novo mecanismo, também criado em 2005, garantiu que toda a arrecadação originada da venda de petróleo fosse distribuída da seguinte forma:

- a) até US\$ 26/barril , os recursos pertencem à PDVSA e são destinados ao pagamento de tributos, seus funcionários, reinveste, etc.;
- b) acima de US\$ 26/barril, os recursos são destinados ao poder executivo para investimento em programas sociais e em novas atividades econômicas por meio do FONDEN e do FONDESPA.

Segundo dados do governo venezuelano (VENEZUELA, 2006, p.5), “as missões sociais bolivarianas em geral e as missões educativas em particular foram criadas com o objetivo de aprofundar a Revolução Bolivariana e consolidar a democracia social participativa”.

Nakatani e Herrera (2008, p.5) informam:

Entre 1998 e 2007, o aumento no preço do petróleo nos mercados internacionais proporcionou um substancial crescimento na receita do Estado proveniente do petróleo. Esta receita passou de 5,8% para 16,1% do PIB, proporcionando um acréscimo considerável nos recursos para o desenvolvimento. A clara redução da pobreza pode ser explicada pela implementação das missões sociais depois de 2003, a maior parte delas com o apoio de Cuba.

No início de 2003, as missões foram criadas como resposta concreta à crise econômica. De acordo com o Jornal O Estado de São Paulo (2009, edição *online*), entre os programas sociais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos venezuelanos, destaca-se o “Combate à pobreza”

A primeira série de missões foi para a educação: Simoncito (pré-escola), Robinson (eliminação do analfabetismo e educação primária), Ribas (ensino médio), Sucre (educação superior) e Vuelvan Caras (criação de empregos assegurando o pagamento durante o treinamento vocacional).

Os programas de governo associados à Educação incluem a ampliação do sistema de educação, abrindo uma rede de universidades públicas para garantir educação de nível superior e gratuita para os mais pobres e lançou as chamadas “missões” de professores para ensinar os mais velhos a ler. Críticos afirmam que a qualidade da educação oferecida é baixa e a oposição acusa Chávez de usar as escolas para fazer propaganda de seu governo.(ESTADAONLINE, 2009)

Em 2005, na metade do governo Chávez, o Ministério de Educação declarou o país “livre de analfabetismo”. De acordo com o governo, 1,6 milhões de adultos foram alfabetizados no período de dois anos. Ainda segundo o governo, 3,4 milhões de pessoas foram graduadas nas “missões” educativas.

A missão Barrio Adentro iniciou em abril de 2003, destinada ao atendimento à saúde e foi estendida até as regiões mais distantes do país, graças a 20.000 médicos cubanos e a uma rede de “hospitais populares” e ambulatórios nas áreas mais desprovidas.

Chávez construiu milhares de pequenas clínicas, até mesmo nas regiões mais remotas da Venezuela. O governo cubano enviou 15 mil médicos para as equipes das unidades médicas venezuelanas em troca de petróleo mais barato para Cuba. Esse é possivelmente o programa mais popular do presidente e foi expandido para incluir grandes instalações com um número maior de serviços de saúde prestados, embora críticos apontem que muitas das clínicas sejam apenas de fachada. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, EDIÇÃO ONLINE)

Em torno de 17 milhões de Venezuelanos foram beneficiados com esse programa gratuito de “medicina geral integral”, o qual generalizou o direito à saúde, até então privilégio somente da elite afortunada.

A partir do programa "Bairro Adentro" foram criadas outras "missões", que abrangem as áreas de educação básica, superior e profissionalizante, de auxílio às mães solteiras, de subsídio alimentar, entre outras.

A missão Mercal tem como objetivo o combate contra a fome. Através de 16.000 mercados públicos, feiras e mercados móveis através do país ela provê a 10 milhões de desafortunados uma gama de bens de consumo subsidiados com preços até 40% menor do que no comércio regular privado.

Números do governo apontam que o número de pobres foi reduzido pela metade desde que assumiu o poder em 1999. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas:

- a) em 1999, 20,1% dos venezuelanos viviam na extrema pobreza;
- b) em 2007, o índice havia caído para 9,5%;
- c) o número total de pobres no início do governo era de 50,5 % - mais de 11 milhões de venezuelanos. Esse número caiu para 31,5%; e
- d) de um universo de 26,4 milhões de pessoas, 18,8% dos venezuelanos saíram da linha da pobreza (cálculo realizado com base nos dados oficiais).

Um dos primeiros sucessos de Chávez no país foi a abertura de milhares de supermercados que vendem produtos subsidiados nas vizinhanças mais pobres. O preço dos alimentos, porém, subiu rapidamente nos últimos anos apesar do controle estatal. Uma combinação do *boom* de consumo na Venezuela e a redução de produtos primários fizeram com que alimentos básicos como leite e frango sumissem das prateleiras em 2007, minando a popularidade do governo (ESTADAONLINE, 2009)

Em 2008, Chávez inaugurou um novo sistema de distribuição de alimentos, financiado pela companhia de petróleo estatal e que foi bem sucedido nas prateleiras de produtos.(ESTADAONLINE, 2009)

De acordo com Nakatani e Herrera (2008, p.6):

A maior parte dessas missões é financiada direta ou indiretamente com recursos do petróleo, através do Fundo para o Desenvolvimento Social e Econômico (FONDESPA), aprovado pela Assembléia Geral dos acionistas da PDVSA, em 2004, e pelo Fundo para o Desenvolvimento Nacional (FONDEN), criado pelo Estado em 2005, para financiar grandes projetos de infra-estrutura. Em 2006, o total de recursos alocado para o desenvolvimento social, pela PDVSA, atingiu 7,3% do PIB em comparação com os 13,6% dos gastos sociais do governo.

Este capítulo apresentou os principais aspectos políticos, sociais e econômicos do governo Chávez na década de 1998-2008. Em seguida, procura-se abordar esses aspectos sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO GOVERNO HUGO CHÁVES FRÍAS SOB A ÓTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

Neste capítulo, procura-se analisar o governo de Hugo Chávez Frias sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo, com ênfase nos aspectos da cadeia mercantil petroleira e na integração da Venezuela em blocos econômicos.

4.1 CHÁVEZ NO CONTEXTO GLOBAL: A CADEIA MERCANTIL DO PETRÓLEO E A ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP)

Barros (2007) entende que o petróleo sempre foi o principal instrumento de política exterior da Venezuela, porém ele nunca foi tão usado como durante o governo Hugo Chávez.

A Venezuela quer se converter numa potência energética e se prepara para explorar o gás em águas territoriais. O petróleo também serve a Chávez como ferramenta de integração e liderança regional, sob a forma de permuta e a preços preferenciais para os amigos da América Latina e do Caribe.

Nesse sentido, as ações da Venezuela chavista incluem:

- a) acordos de cooperação energética com países com os quais mantinha pouca relação como Argélia, Nigéria, China e Rússia;
- b) troca de petróleo por serviços médicos com Cuba; e
- c) venda de petróleo, geralmente atrelada a outros acordos políticos, a condições muito favoráveis para diversos países caribenhos e latino-americanos.

No caso específico da OPEP, o governo de Chávez tem um papel estratégico, segundo o Ministério do Comércio Exterior do Brasil (2006), que situa o crescimento da influência de Chávez a partir de 2000:

Hugo Chávez desempenhou papel importante para o aumento do preço do petróleo com a revitalização da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) na reunião de cúpula de Caracas de 2000, e com sua posição de reduzir a produção do grupo para manter as cotações elevadas.

De acordo com a notícia publicada no site do Ministério do Comércio Exterior (2006), Chávez chegou à presidência da Venezuela em 1999 com a cota venezuelana a US\$ 10 o barril e imediatamente reverteu a política de seus predecessores de debilitar a Opep excedendo sua cota em até 900 mil barris diários (b/d).

No início de seu governo, Chávez assumiu o compromisso de organizar a reunião de cúpula da OPEP e viajou para as capitais dos 14 países membros para se encontrar com os chefes de Estado, inclusive com Saddam Hussein.

Ainda segundo a fonte citada (2006) o controle da receita do petróleo permitiu, no período de 2005-2006, com os preços acima de US\$ 55 o barril, a formação de um fundo de US\$ 17 bilhões para o financiamento de programas sociais. A receita do petróleo também alimentou as reservas do banco central do país, que alcançam US\$ 35 bilhões.

A Venezuela é a quinta maior exportadora de petróleo do mundo e quarta maior fornecedora dos EUA. Sua influência na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ficou demonstrada na 3ª Cúpula de Chefes de Estado da Organização, em Riad, em 2007, de acordo com Nogueira (2007)

Em seu discurso, Chávez se pronunciou:

Temos assistido a ameaças aos países da Opep, e a razão fundamental para isso é o petróleo. Vejam a situação do Iraque, a permanente ameaça contra o Irã. A Opep tem que se fortalecer. Se os Estados Unidos cometerem a loucura de invadir o Irã ou a Venezuela, o barril do petróleo não vai chegar a US\$ 100, vai chegar a US\$ 200 — disse Chávez, para quem o barril a US\$ 100 é justo, porque equivale aos preços da década de 70, se descontada a inflação. (apud NOGUEIRA, 2007, p.1)

Para Chávez, a OPEP deve resgatar seu papel revolucionário. Para conter o que chamou de ameaças dos países desenvolvidos, Chávez conclamou os 13 países da organização a transformá-la em um “ator geopolítico revolucionário” e se engajar na luta contra a pobreza e pela justiça, resgatando o conceito que a originou. (NOGUEIRA, 2007)

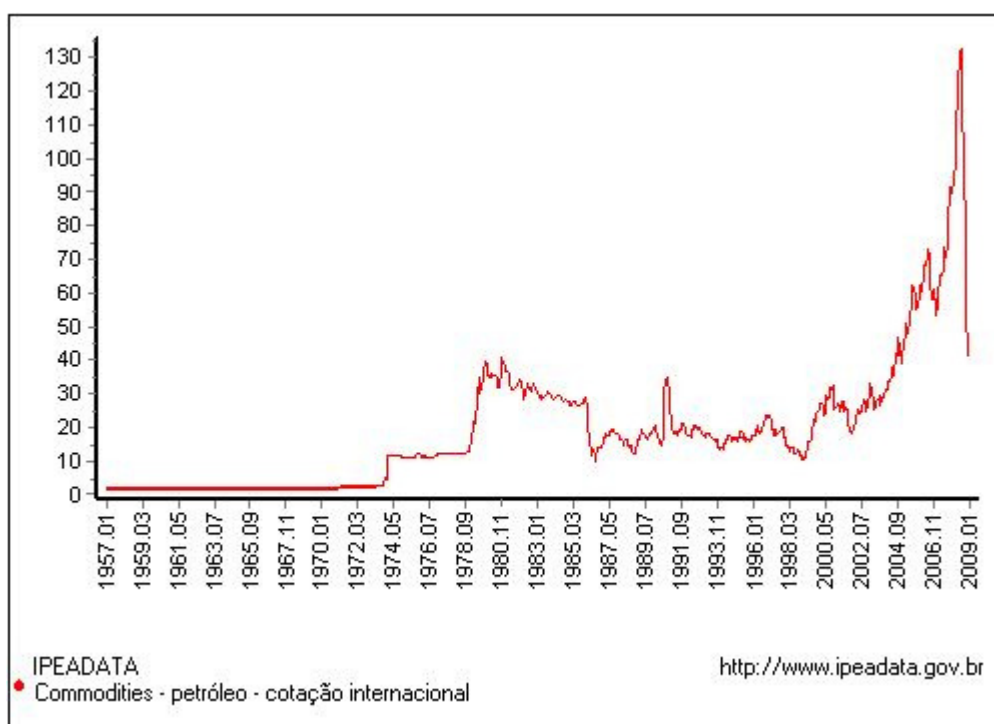
Em seu discurso, ainda de acordo com Nogueira (2007), Chávez lembrou que a organização nasceu em 1960, num contexto bipolar e de emergência do comunismo, classificado por ele como chave para que os países que haviam sido “colonizados, invadidos e saqueados levantassem a bandeira do socialismo e se engajassem no movimento dos não-alinhados”.

Enfraquecida nos anos 80 e 90 por pressão dos países desenvolvidos liderados pelos americanos, segundo Chávez, a OPEP teria seu renascimento marcado na reunião de cúpula de Riad, em 2007.

4.2 INVESTIMENTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

A partir do que já foi exposto, podemos perceber que a PDVSA representa um dos principais instrumentos políticos e econômicos de Hugo Chávez, o primeiro no que se refere às relações internacionais, dada a importância das reservas venezuelanas e o uso destas como instrumento de manobra política, e o segundo no que se refere às receitas auferidas com a venda do petróleo, a partir da sua utilização em investimentos sociais e econômicos dentro do país. Quanto ao aumento da receita, cabe visualizar o gráfico abaixo com as cotações do petróleo no mercado internacional.

Gráfico 1 – Cotação do barril de petróleo (em US\$)

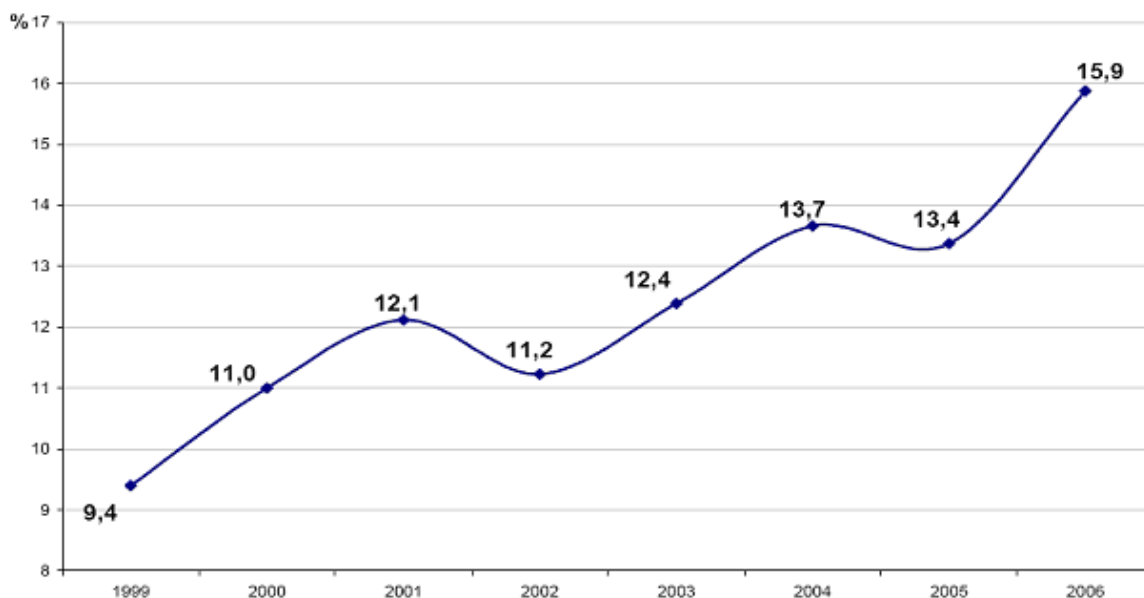


A partir do início do governo Chávez o preço do petróleo passa de um patamar de US\$ 20,00 chegando a um patamar de US\$ 100,00 em 2007, como afirma Arêas (2008, p.39),

A estabilidade econômica e o aumento do preço internacional do petróleo favoreceram as mudanças que consolidaram Chávez e o seu grupo no poder. A primeira medida foi ter a maioria parlamentar a seu favor, a segunda evitar a privatização da PDVSA e frear o processo de abertura petroleira para, no longo prazo, poder controlar e usufruir das benesses do petróleo.

A partir disto, podemos ver no gráfico abaixo que os investimentos da PDVSA em relação ao PIB apresentaram um crescimento acelerado nos últimos anos, demonstrando a importância desta empresa nas ações do governo.

Gráfico 2 – Investimento Social e ação social da PDVSA como porcentagem do PIB (1999-2006)



Fonte: **Ministerio del Poder Popular para las Finanzas** (Incluye el aporte de PDVSA a a partir del año 2003)

Antes de apresentar a evolução dos principais indicadores sociais e econômicos, cabe destacar uma avaliação do período que antecede as ações do governo Chávez, para que possamos ter um parâmetro de referência, neste sentido, considerando o período de 1990-1999, temos que países como a “Bolívia, Equador,

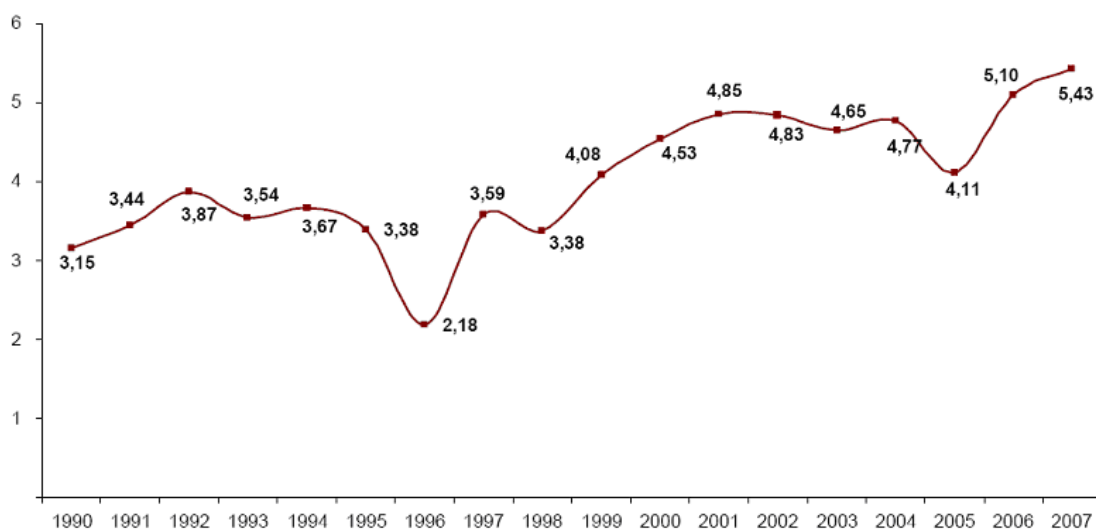
Paraguai, Peru e Venezuela— na realidade aumentariam seus níveis de pobreza extrema devido a um aumento das desigualdades, a diminuições na renda per capita, ou a ambas as coisas. (CEPAL, 2003, p.10)”.

Vamos ver a frente os reflexos destes investimentos nas áreas de saúde e educação, e posteriormente os reflexos destes investimentos na diminuição da pobreza e no aumento do desenvolvimento humano.

4.2.1 Reflexo dos investimentos na educação

Neste subitem iremos analisar quais foram os reflexos desses investimentos na área de educação. Considerando estes investimentos com relação ao PIB, podemos perceber que estes passam a aumentar em 1999, e alcançam um patamar mais elevado a partir de 2001, sendo que a queda demonstrada no gráfico reflete a crise interna enfrentada em 2002-2003, no entanto, podemos perceber que os investimentos ainda são maiores que aqueles anteriores ao governo Chávez.

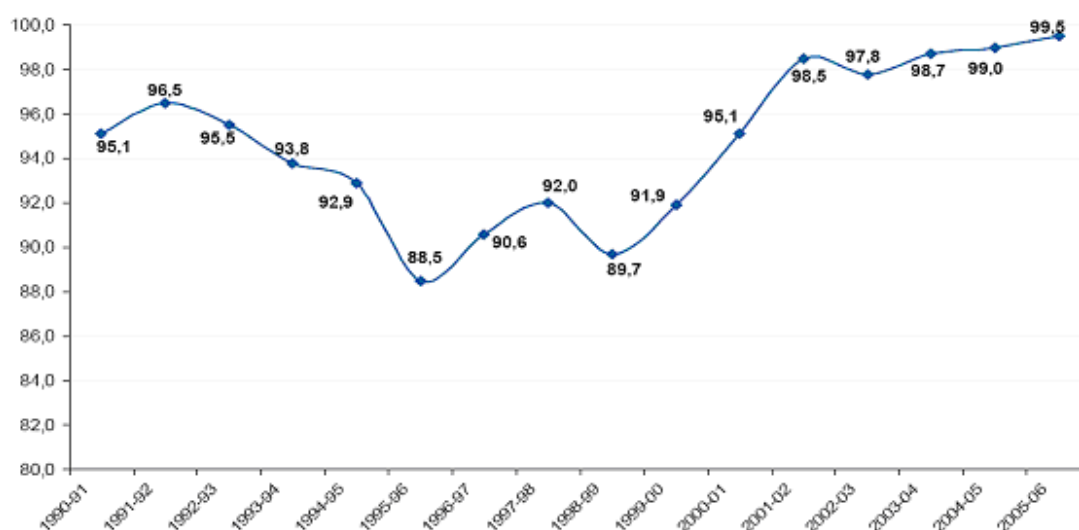
Gráfico 3 - Investimento Social em Educação como porcentagem do PIB (1990 – 2007)



Fonte: **Ministerio del Poder Popular para las Finanzas** (Incluye el aporte de PDVSA a a partir del año 2003)

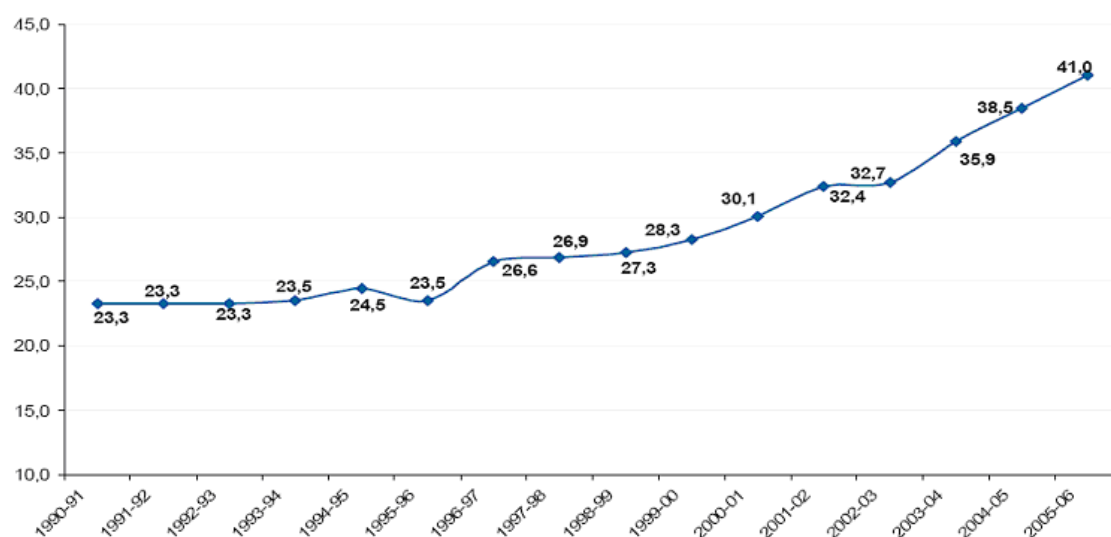
É importante salientar que estes investimentos foram destinados a todos os níveis da educação, como podemos verificar nos gráficos 4, 5 e 6 houve um aumento significativo nas taxas brutas de escolaridade da educação básica e do ensino médio técnico e profissional, bem como um aumento nas taxas de matrícula na educação superior (considerando tanto a esfera pública quanto privada).

Gráfico 4 - Taxa Bruta de Escolaridade da Educação Básica (1990 – 2006)



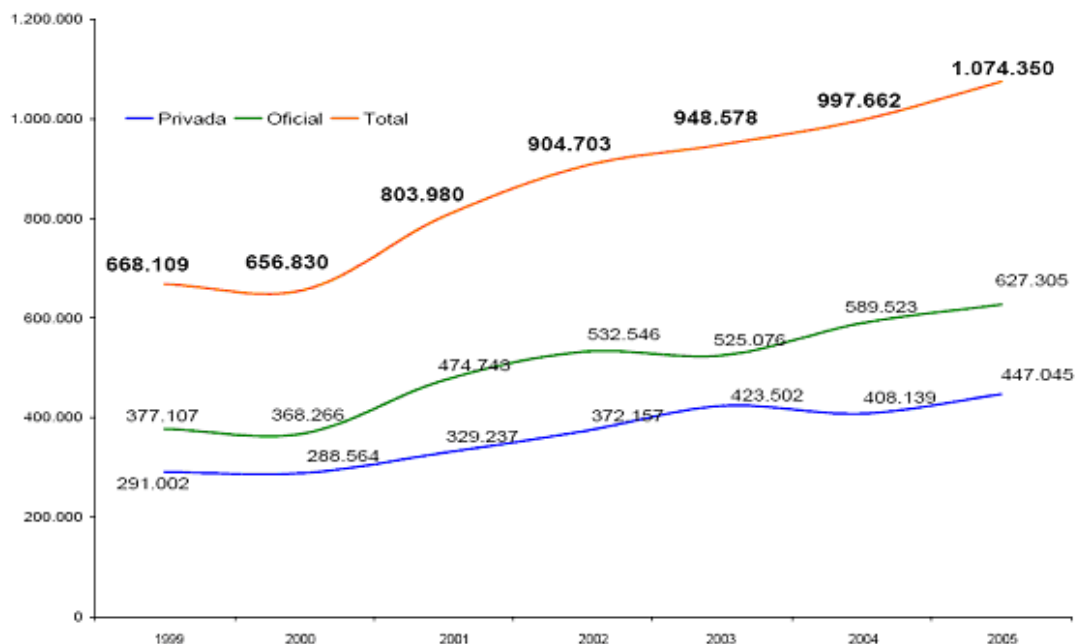
Fonte: Ministerio del Poder Popular para la Educación.

Gráfico 5 -Taxa Bruta de Escolaridade do Ensino Médio e Técnico Profissional (1990 – 2006)



Fonte: Ministerio del Poder Popular para la Educación.

Gráfico 6 - Aumento da Matrícula em Educação Superior (público, privado e total) (1999 – 2005)



Fonte: Ministerio del Poder Popular para la Educación Superior.

Considerando o papel central que exerce a educação no desenvolvimento econômico e na diminuição dos níveis de pobreza e desigualdade, podemos afirmar que estes investimentos é condição fundamental para que os níveis de desenvolvimento social e econômico sejam sustentáveis no longo prazo.

Devemos ponderar nossa análise pela limitação imposta pela exposição de dados quantitativos, dado que não dispomos de informações sobre a evolução da qualidade da educação no país. Contudo, o aumento das taxas de escolaridade é significativa, e, certamente, seus resultados a curto e longo prazos não devem ser desprezíveis.

Com relação à análise dos impactos de uma expansão educacional, Barros e Mendonça (1997, p.3) afirmam

O impacto de uma dada expansão educacional sobre o nível de um indicador socioeconômico no futuro pode ser decomposto em duas parcelas. A primeira é o impacto da expansão educacional que opera via seu impacto sobre o crescimento da renda **per capita**. Este é o chamado **impacto indireto**. Assim, uma expansão educacional hoje leva a um crescimento na renda **per capita** e este, por exemplo, a uma redução na taxa de mortalidade. Este seria o impacto indireto da expansão educacional

sobre a taxa de mortalidade. A segunda é o impacto que ocorreria mesmo na ausência de impactos da expansão educacional sobre o crescimento da renda **per capita**. Este é o chamado **impacto direto**.

Como veremos a frente, o impacto indireto desta expansão sobre a taxa de mortalidade infantil se confirma.

4.2.2 Reflexo dos investimentos na saúde

Assim como na educação, o governo Chávez destinou grande parte dos investimentos para a esfera da saúde. O que demonstra um entendimento do caráter multidimensional da pobreza, pois antes a pobreza era entendida apenas como insuficiência de renda, sendo que a partir da criação do Índice de Desenvolvimento Humano que as outras esferas, tais como saúde e educação, passam a ser relevantes nos planos de combate à pobreza e à desigualdade social.

No gráfico 7 abaixo relacionamos a evolução dos investimentos em saúde como porcentagem do PIB.

Gráfico 7 - Investimento Social em Saúde como porcentagem do PIB (1990 – 2007)



Fonte: Ministerio del Poder Popular para las Finanzas (Incluye el aporte de PDVSA a a partir del año 2003)

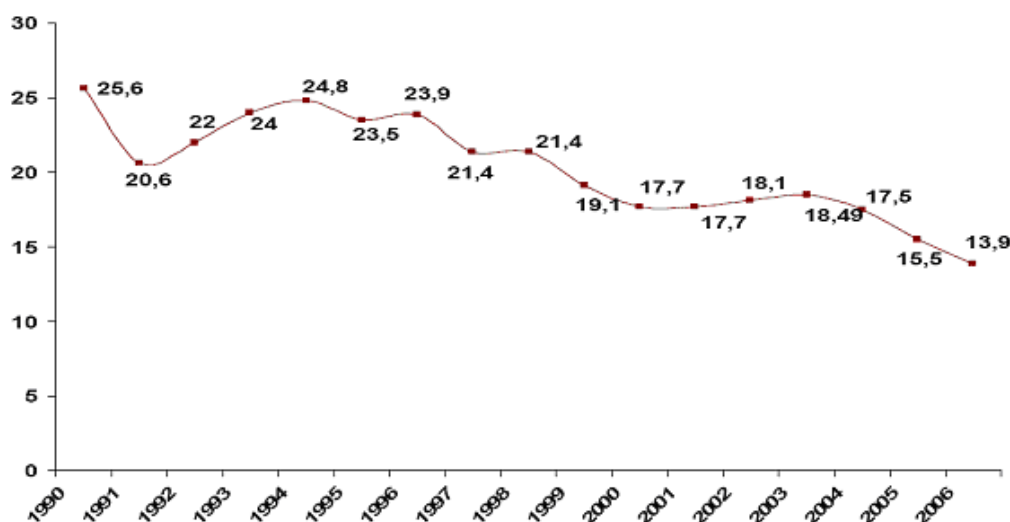
A partir do gráfico 7 vemos que os investimento em saúde também tiveram um crescimento significativo a partir do governo Chávez.

Citando um relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), podemos perceber o impacto conjunto dos investimentos nas duas esferas – saúde e educação - sobre o desenvolvimento sócio-econômico, citando os casos de Pelotas e do Peru, o relatório da OPAS relaciona o nível de rendimento das famílias e a qualidade dos níveis de saúde, segundo o relatório

En la ciudad de Pelotas, al sur del Brasil, entre 1982 y 1987 la mortalidad acumulativa en los niños de 1 a 4 años de edad que pertenecían a familias con un ingreso familiar mensual de US\$ 50 o menos era cinco veces mayor que la de los niños de familias con un ingreso mensual de US\$ 150 o más. En el Perú, en 1996 la prevalencia de infecciones respiratorias entre los niños menores de 5 años cuyas familias podían clasificarse en el quintil más bajo de capital doméstico era casi el doble (21%) que la de los niños de familias clasificables en los quintiles más altos (12%)

Vemos no gráfico abaixo que há uma grande queda na taxa de mortalidade infantil na Venezuela. Mesmo sem poder estratificar esta queda por níveis de renda, podemos concluir que, em níveis gerais, houve uma grande queda relativa na taxa de mortalidade.

Gráfico 8 - Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) 1990 - 2006

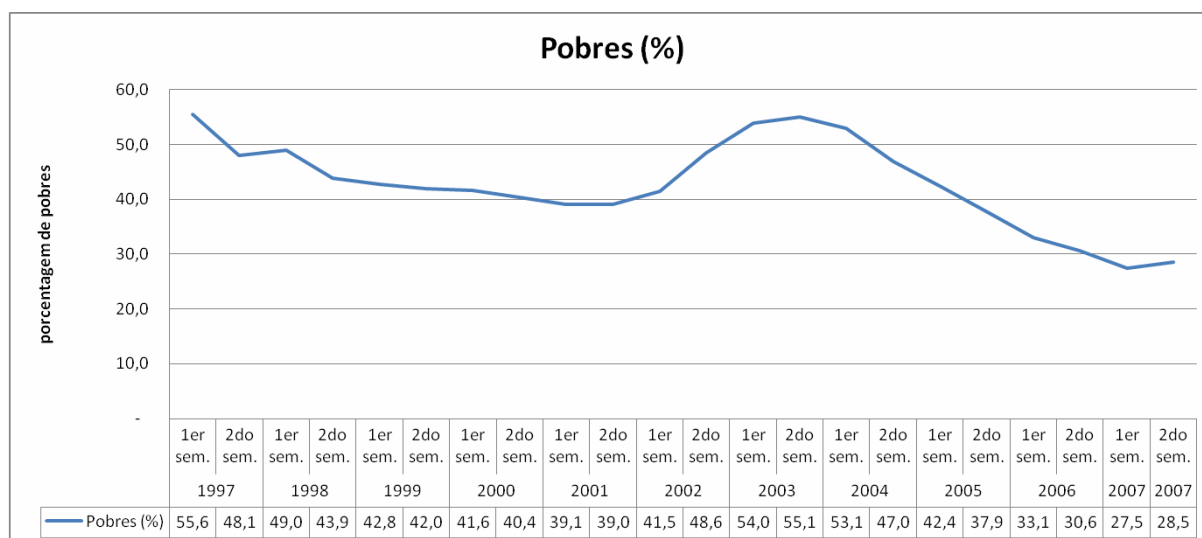


Fonte: Ministerio del Poder Popular para la Salud

A partir desses investimentos em saúde e educação, cabe verificar se estes resultaram em uma melhora nos níveis gerais de pobreza e desenvolvimento humano. Sem desconsiderar, contudo, os impactos positivos que as altas taxas de crescimento econômico que a Venezuela vem apresentando nos últimos anos sobre a melhora desses indicadores.

Em um estudo sobre a economia no governo Chávez, Weisbrot e Sandoval (2008, p. 10) chamam a atenção para o período em que o governo consegue o controle sobre a PDVSA, no primeiro trimestre de 2003, segundo os autores, a produção de petróleo representa metade do orçamento do governo, e três quartos das exportações venezuelanas. Eles afirmam que a PDVSA foi responsável por um investimento social de 13,3 bilhões de dólares em 2006, o que representa 7.3% do PIB. A partir do gráfico 9 vemos que a pobreza passou de uma taxa de 55% em 2003, para aproximadamente 30% em 2007.

Gráfico 9 – Evolução da porcentagem de pobres na Venezuela (1997-2007)



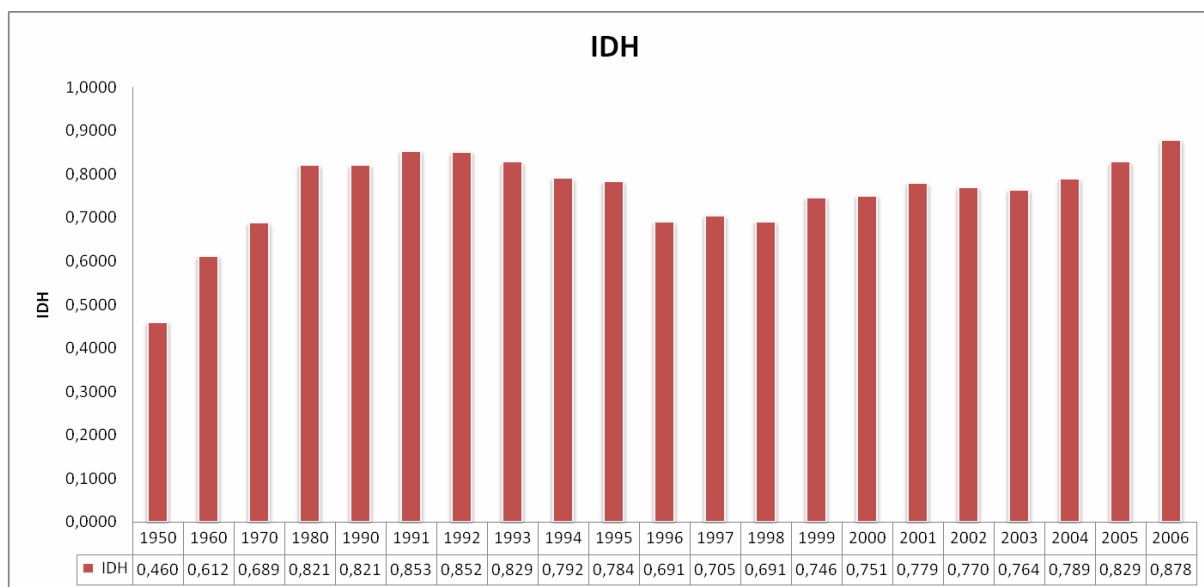
Fonte: Instituto Nacional de Estadística - INE

O impacto desta diminuição da pobreza sobre a qualidade de vida da população pode ser refletida na evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da Venezuela, dado que este índice sintetiza três dimensões do desenvolvimento – renda, educação e longevidade.

Atualmente a Venezuela está a frente do Brasil no ranking do IDH, fato que ocorreu recentemente, com o Brasil mantendo sua posição no ranking, e a Venezuela conseguindo alcançar a 61ª posição.

Como podemos observar a partir de 1999 o país volta a apresentar o mesmo crescimento ocorrido entre a década 1970 3 1980, demonstrando que as políticas do governo têm se refletido de forma positiva sobre o bem-estar da população venezuelana.

Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano da Venezuela (1950-2006)



Fonte: Instituto Nacional de Estadística, INE

Mesmo com as críticas que o IDH sofre no que tange à sua capacidade de refletir a realidade sócio-econômica e o desenvolvimento humano, a partir dos gráficos expostos acima podemos afirmar que a Venezuela tem apresentado resultados positivos na última década. O principal desafio do governo Chávez será manter estes níveis de desenvolvimento frente às quedas que o preço do petróleo vem sofrendo no mercado internacional, dado que, como vimos, a PDVSA tornou-se o principal instrumento e fonte de recursos para os investimentos sociais do governo.

4.2.3 O setor petrolero e a economia-mundo

A análise do governo Chávez sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo torna necessária a retomada de alguns conceitos dessa teoria.

Vieira (2008, p.25) afirma que

Na perspectiva da economia-mundo, a dicotomia local-sistêmico ou interno-externo carece de sentido, pois o espaço da análise se estende para os encadeamentos a jusante e a montante de uma determinada atividade econômica e é todo este conjunto de atividades, independente da jurisdição política em que sejam desenvolvidas, que precisamos ter em mente.

Para tanto, a noção de cadeia mercantil mundial parece ser especialmente útil, na medida em que ela explicita as dependências mútuas entre produtores, comerciantes e consumidores.

Wallerstein(1999, p. 22) afirma que:

No final do século XV e começo do XVI, nasceu o que poderíamos chamar de uma “economia-mundoeuropéia” (Trata-se de uma única entidade econômica, que em seu espaço convive com diferentes formas de entidades políticas (império, cidades-estados, nações-estado), sendo maior que qualquer uma delas, e por isso constitui-se num “sistema mundial”. “E é uma <<economia-mundo>> devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, ainda que em certa medida seja reforçado por vínculos culturais e eventualmente, como veremos, por arranjos políticos, incluindo estruturas confederativas.

Vieira (2008) questiona a forma como se concretiza a economia-mundo ou sua extensão e território de uma economia-mundo, concluindo que “a concretização e a extensão de uma economia-mundo é medida pela variedade e extensão de suas redes de produção e troca que em linguagem mais técnica Wallerstein e Hopkins (2000) denominaram” cadeias mercantis” (*commodity chains*)”.

Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final.

No caso da Venezuela, a palavra-chave para essa cadeia mercantil é historicamente o petróleo.

Estudo de Sánchez, Baena e Esqueda (2000) leva em consideração que a importância do setor petrolífero no mundo e, em especial, na Venezuela exige a definição de objetivos para o setor e estratégias para atingi-los.

As estratégias indicadas pelos autores orientam-se no sentido de melhorar os fatores básicos para o desenvolvimento do setor.

Sánchez, Baena e Esqueda (2000) apontam estratégias orientadas às seguintes áreas:

- a) desenvolver uma visão integral do negócio, particularmente da cadeia produtiva e do cluster, ou seja, identificar e/ou desenvolver provedores e os mecanismos idôneos para identificá-los) clientes, competidores e organizações de apoios;
- b) desenvolver os recursos humanos em forma integral, tanto no nível técnico quanto no profissional e gerencial;
- c) desenvolver capacidade de engenharia a fim de acumular conhecimentos tecnológicos e poder desenvolver novos produtos e processos;
- d) desenvolver uma estratégia de mercado nacional e internacional ativa e
- e) desenvolver formas de financiamento inovadoras que assegurem o fluxo de capital necessário.

Os autores sugerem também:

Aumentar significativamente a produtividade dos processos e dos recursos humanos para diminuir os custos, por meio de modernização e ou automação dos processos. Isso implica medir continuamente o desempenho das empresas – e em geral do cluster nas áreas de negócios e operações para comparar-se com empresas do setor de classe mundial .e diminuir as lacunas observadas, incorporando as melhores práticas internacionais.(SÁNCHEZ, BAENA e ESQUEDA, 2000)

Para melhorar os fatores básicos para o desenvolvimento do setor cabem ao governo ações concretas, segundo Sánchez, Baena e Esqueda (2000).

Uma dessas ações concretas refere-se aos acordos regionais e sub-regionais devem prever proteções graduais para os países membros, caso em que os governo deve invocar o princípio da reciprocidade no momento de negociar o ingresso nos blocos regionais, tais como o Mercosul.

Outra refere-se ao seguimento dos indicadores mais importantes do setor, tal como a geração de emprego e contribuição tributária, entre outros, com vistas a intervir oportunamente com estímulos ou corretivos necessários de forma a evitar perda de competitividade por fatores externos às empresas.

De acordo com os autores, para as empresas “o fator mais importante de vulnerabilidade competitiva[...] é representado pelos recursos humanos e especificamente a formação técnica. Neste caso, é imperativo harmonizar a oferta, em qualidade e quantidade, com as exigências de demanda”.(SÁNCHEZ, BAENA e ESQUEDA, 2000, p.68)

Nesse sentido, consideram indispensável elevar o nível de educação primária e secundária por meio de medição de desempenho educativo dos estudantes e dos professores, assegurando que se estabeleça uma clara relação entre ensino e trabalho.

Igualmente importante é a promoção e financiamento de atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para formar recursos humanos com competências e habilidades associadas ao mundo empresarial.

Essas estratégias apresentadas no estudo de Sánchez, Baena e Esqueda (2000) parecem ter dado resultado, diante dos números da economia do governo chavista e pelos programas sociais relativos à educação que ele implementou (Capítulo 3 deste trabalho).

Severo(2006, p.5) afirma que:

A efervescência da economia venezuelana é fruto direto, mas não exclusivo, da expansão dos preços do petróleo para uma média de 57,4 dólares por barril tipo brent (dezembro de 2005). Os hidrocarbonetos são e continuarão sendo por muitos anos um poderoso instrumento de suporte desta economia.

Apesar de o petróleo continuar sendo o suporte da economia venezuelana, Severo (2006, p.5) afirma que “o país está semeando o petróleo nos setores produtivos da economia[...] Parte dos ingressos petrolíferos são utilizados como fonte de financiamento para a estruturação e o fortalecimento do mercado interno”.

Trata-se de desenvolvimento endógeno, para um processo soberano de industrialização e a definitiva independência econômica. “O petróleo significa uma arma para a superação da economia rentista, improdutiva e importadora, estabelecida desde pouco antes dos anos 1920, quando iniciaram as explorações do ‘excremento do diabo’ no Lago de Maracaibo”.(SEVERO, 2006 p.6.)

Confirmando as estratégias apontadas por Sánchez, Baena e Esqueda (2000), as ações do governo de estender a mão aos empresários nacionalistas servem como forma unificada de trabalhar pela ativação da indústria e da agricultura, gerando empregos e fomentando o desenvolvimento endógeno.

Além disso, a Venezuela vem ampliando suas relações com importantes países e fez efetiva sua entrada no MERCOSUL, assunto do próximo tópico.

4.3 ESTRATÉGIAS DA VENEZUELA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Lins (2002) afirma que dentre os processos que marcaram a cena mundial nas últimas décadas, figurou com destaque a integração econômica supranacional. Várias iniciativas do gênero foram observadas, entre elas o Mercado Comum Europeu evoluindo para a condição de União Econômica e Monetária), seja na América do Norte, com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), um instrumento de integração das economias dos EUA, do Canadá e do México.

Na América do Sul, o Mercosul é um bloco totalmente formado por não integrantes da zona central da "economia-mundo", vinculado ao projeto de integração quadripartite que resultou da aproximação entre Argentina e Brasil nos anos 1980, de acordo com Lins (2002).

Villa (2007) informa que a idéia de ingressar no Mercosul e de orientar os interesses para a América do Sul é uma escolha política das elites venezuelanas que data desde os anos 90 e é a escolha à qual Chávez tem dado continuidade.

O objetivo definido no ingresso da Venezuela no Mercosul sempre foi claro: reduzir a dependência econômica em relação aos mercados dos Estados Unidos da América.

A preocupação com essa condição de dependência apóia-se em fatos:

- a) 48% das exportações de petróleo da Venezuela tinham os EUA como destino;
- b) em termos globais, as exportações para os EUA cresceram, entre 1996 e 2003, a uma taxa média de 4,3% ao ano;
- c) em termos absolutos, as exportações representaram US\$ 17 bilhões em 2000.

Em 1999, já no início do primeiro governo Chávez, o Mercosul foi definido como “objetivo estratégico”, o que era visível nos discursos do corpo diplomático venezuelano.

Em termos ideológicos, Maringoni (2004) informa que, já no discurso de posse, o líder venezuelano indica sua intenção de dar continuidade às negociações entre a Comunidade Andina e o Mercosul.

Maringoni (2004, p.71) cita as palavras de Chávez: “Eu serei um pregoeiro e um incentivador, até onde possa, dos processos de integração. Mas queremos uma unidade que vá muito além do intercâmbio comercial, queremos algo mais completo e profundo”.

Chávez apresenta o continente com o qual sonha:

Eu desejo[...]ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória[...]é uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo ligando suas partes entre si e com o todo”.(MARINGONI, 2004, p.201)

Reconhece, porém os obstáculos para a realização desse sonho: “[...] mas não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características dessemelhantes dividem a América”.(MARINGONI, 2004, p. 201)

Malaguera (2006) ecoa as palavras de Chávez ao afirmar que:

La construcción de un nuevo modelo de integración no puede estar basada únicamente en las relaciones comerciales[...]. Con miras a la construcción de una integración equilibrada y la consolidación de una Agenda de Integración Social y Productiva, los países de América del Sur, dando énfasis a la convergencia comercial, deben buscar una articulación económica y productiva más amplia, así como formas de cooperación política, social y cultural. Ella debe favorecer un desarrollo más equitativo, armonico e integral de América del Sur.

Villas (2007) mostra as razões político-econômicas por trás do discurso, ao afirmar que, ao dar continuidade às metas que antecederam seu governo, Chávez tentou diversificar os mercados e aproximou-se fortemente do Brasil. Essa aproximação venezuelana em direção ao Mercosul e, em especial, ao Brasil, pode ser compreendida segundo duas motivações (VILLAS, 2007):

- a) a primeira razão refere-se à diversificação das exportações em proporções equilibradas, de forma a tornar o país menos dependente de um único mercado e, portanto, menos vulnerável;
- b) a segunda razão seria utilizar a aproximação com os países do Mercosul como moeda de barganha em futuras negociações comerciais com os EUA.

Em outras palavras, comenta Villas (2007), a aproximação com o Mercosul seria uma forma de obter vantagens e compensações comerciais com Washington por meio da ameaça de que a aproximação com o Mercosul implicaria em um distanciamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) nos moldes propostos pelos EUA.

Assim sendo, até meados de 2003, a diplomacia ativa de Chávez tratou de manter as discórdias diplomáticas restritas ao nível governamental e deixou de fora possíveis posicionamentos contra setores privados norte-americanos, ao mesmo tempo em que continuou exportando fielmente o petróleo àquele país do norte.

Entre as alternativas à ALCA, encontra-se a Comunidade Andina, a respeito da qual Malaguera (2006) afirma que

La integración regional se presenta como la respuesta más adecuada para enfrentar las circunstancias internacionales actuales y permitirá una presencia más sólida y competitiva de nuestra región en el mundo, más acostumbrada a las necesidades y desafíos particulares de América del Sur. [...]En lugar de basarse en la contraposición y en el antagonismo a otros bloques y regiones, la Comunidad debe explotar fundamentalmente las virtualidades de los procesos de integración y de asociación internacional. Contribuirá asimismo para el fortalecimiento de la unidad de toda América Latina y Caribe.

Es necesario plantear un nuevo modelo de integración con identidad propia, en medio de la diversidad y las diferencias, que permita construir la ciudadanía sudamericana.

La posibilidad de concretar estas aspiraciones pasa por construir una visión estratégica y de largo aliento, que se base en el patrimonio de integración acumulado en la región.

Outra possibilidade, efetivamente adotada, é o ingresso de Chávez no Mercosul. Nesse sentido, Villas (2007, p.2) comenta:

Um passo significativo para o ingresso da Venezuela ao Mercosul foi dado em 2006, com a assinatura do protocolo de ingresso nesse bloco regional. Entretanto, a partir de então, algumas tensões têm surgido em relação ao Brasil e ao Mercosul. Caracas tem priorizado os aspectos substantivos de construção de instituições políticas e sociais no âmbito do Mercosul, o que vai contra os interesses do Brasil, país que privilegia o aprofundamento de aspectos econômicos do bloco em detrimento de articulações de instituições supranacionais políticas e econômicas, ou mesmo de parcerias que não tragam benefícios mais objetivos para o país.

O governo da Venezuela concebe um processo de integração em bases não só econômicas, mas também profundamente políticas e entende o processo de integração como uma alternativa ao capitalismo e em conformidade com a visão do socialismo do século XXI.

Ouriques (2006, p.9) defende que:

Não há alternativa fora da integração latino-americana. E a forma concreta de integração em debate é a proposta da Venezuela, que avançou com Cuba e vai crescer mais com a Bolívia. Mas há boas iniciativas com a Argentina e os países do Caribe. No Brasil somente a ignorância e/ou a má fé ainda desconsidera esta proposta. [...] É preciso substituir o atual padrão das relações exteriores, que observa os países latinoamericanos como “sócios comerciais” e não como países estratégicos na formação de um bloco regional de poder, baseada em uma economia integrada em projetos estratégicos. Ora, a alternativa é a ALBA, sem dúvida.

Por esta razão, a Venezuela tem priorizado a promoção da chamada Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), opção que tem por consequência a redução do interesse inicial no Mercosul.

Idealizado como alternativa à Alca, o projeto da Alba foi inicialmente proposto pelo Presidente cubano Fidel Castro, que encontrou na Venezuela seu mais entusiasta parceiro e financiador. Além de Venezuela, Cuba, Nicarágua e Bolívia, o Equador também estuda sua adesão ao bloco, com o objetivo de ampliar a integração na América Latina e combater a influência dos EUA na região, nos mesmos moldes da declaração supracitada. (VILLA, 2007)

De acordo com Bassegio (2008), a proposta da Alba, até agora assumida por Venezuela, Cuba, Bolívia e Nicarágua, aponta para a perspectiva de superação da acumulação capitalista dos países industrializados que aprofunda o aumento das contradições e assimetrias entre os países.

Nesse cenário, países subdesenvolvidos, que geram 15% da produção mundial, se vêem obrigados a importar grande quantidade de bens e serviços dos países industrializados que controlam os preços dos produtos. Essa dinâmica aumenta a dívida externa dos países pobres obrigando-os a investir boa parte do PIB para o pagamento dos juros e da dívida. (BASSEGIO, 2008)

Como relação a esta situação, os povos da América Latina e do Caribe estão optando por caminhos alternativos de integração. É o caso da Venezuela, Bolívia e Equador, que assumem diversos acordos de cooperação entre os

governos: cooperação na educação, na saúde, além de acordos comerciais relativos ao gás, petróleo, energia.

Bassegio (2008) inclui, nessa aproximação, a solidariedade entre os membros e exemplifica:

A solidariedade entre estes países também é um diferencial nas relações .A Venezuela é um exemplo. Com relação ao petróleo se propôs a vendê-lo aos países que integram a Alba em condições muito favoráveis: prazo de 90 dias para o pagamento de 50%. Dos 50% restantes, 25% teria um prazo de 25 anos para pagar (com dois anos de carência a uma taxa de 2%) e 25% seriam colocados num fundo da Alba para créditos a pequenos projetos.

Villa (2007) comenta ser possível que as premissas nas quais se fundamenta esse modelo alternativo de integração possam explicar a atitude hesitante do governo venezuelano desde o primeiro semestre de 2007, que condiciona a entrada definitiva no Mercosul a uma reformulação profunda – já que não interessa à Venezuela o que o Presidente Hugo Chávez chamou de “velho Mercosul”.

Com isso, o Presidente venezuelano sinaliza favoravelmente a uma retirada da candidatura venezuelana de ingresso ao bloco regional, por perceber que seu projeto de um Mercosul substantivo passa por alinhamentos mais ideológicos e mais estruturais – como a elaboração de uma agenda comum frente à ALCA ou à globalização.

Villa (2007, p. 2) considera a Alba “uma espécie de clientelismo de política externa que funciona na base da troca de influência por recursos, notadamente o petróleo”, acrescentando que “esse modelo de política externa tem produzido pouco entusiasmo em países-chave como Argentina – apesar de Caracas ter comprado 5% da dívida deste país em 2005 e ter assinado importantes acordos petrolíferos nesse mesmo ano”.

Villa (2007, p.3) acredita que:

O conteúdo da proposta da Alba não tardaria em chocar-se com a postura mais pragmática do Mercosul. Já na primeira reunião dos Estados

membros, ocorrida no primeiro semestre de 2007, Chávez enviou claros sinais desse distanciamento ao anunciar a criação do Banco de Desenvolvimento, cujo objetivo é financiar projetos dos países da Alba. Em clara referência ao Mercosul, o próprio Chávez afirmou que a Alba é “forçada a avançar cada dia mais rapidamente e de forma mais precisa” . Por outro lado, os membros do Acordo já traçaram o futuro da estrutura institucional do mecanismo de integração e almejam que a Alba transforme-se em uma nova “confederação de Estados”.

A ausência de uma estrutura mais profissional e menos politizada no comando do Ministério de Relações Exteriores explica a falta de visão estratégica da atual política externa venezuelana.

Entretanto, é necessário lembrar que, desde o início da década de 1990, a Venezuela definiu a América do Sul – e em especial o Mercosul – como uma opção importante para a diversificação de suas relações políticas e econômicas, afirma Villa(2007).

Seja qual for o bloco a que o governo venezuelano venha, efetivamente, se integrar, Lins (2002, p.181) alerta:

A realidade que se impõe é a de uma integração com diferentes "velocidades" e intensidades na "globalização" e no Mercosul, conforme os subterritórios e os grupos de atores sociais implicados. Para diferentes regiões e sistemas produtivos locais e regionais, participar da "economia-mundo" e do bloco do Cone Sul significa coisas diversas. Os movimentos em curso são do tipo em que se opõem espaços e grupos sociais mais e melhor "incluídos" e outros que amargam considerável "exclusão".

De acordo com Lins (2002), o cenário das propostas de integração é pouco propenso ao fortalecimento do sentido de coesão social necessário ao bom andamento dos processos integracionistas, acrescentando que a busca compulsiva de uma inserção mais favorável nas cadeias mercantis “ou na economia da "globalização" por parte de agentes e estruturas em condições desiguais de concorrência pode acarretar conseqüências sociais.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso se propôs analisar uma década de governo de Hugo Chávez Frias na Venezuela sob o aspecto de sua política econômica. Para tanto, utilizou-se do instrumental metodológico da teoria da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

A questão norteadora consistiu em identificar os aspectos do plano de desenvolvimento socioeconômico do governo Chávez passíveis de análise sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

Desse modo, o objetivo geral foi analisar o desenvolvimento socioeconômico venezuelano referente ao governo de Hugo Chávez, sob a perspectiva da Economia Política dos Sistemas – Mundo, utilizando a literatura existente sobre essa teoria – especificamente o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas - Mundo, da Universidade Federal de Santa Catarina – bem como levantando notícias, análises políticas, análises econômicas do governo Chavez procurando uma perspectiva neutra, por meio de autores críticos e apoiadores do líder venezuelano.

A revisão da literatura possibilitou encontrar um governante polêmico, mas realizador. Polêmico e preso ao petróleo, histórico suporte da economia venezuelana, ele se divide entre vender o produto para os Estados Unidos, importar produtos básicos daquele país e, na imprensa, atacar o imperialismo americano.

Realizador, seu Plano de Desenvolvimento, se não resolveu o problema da desigualdade e da pobreza, teve êxito nos programas sociais relativos à educação e à saúde.

De qualquer modo, o que realmente interessa é perceber uma Venezuela participante da Economia Política dos Sistemas –Mundo, integrando-se globalmente à OPEP, relacionando-se comercialmente com países membros e países importadores, de um lado. De outro, a Venezuela posiciona-se regionalmente, buscando a integração americana sonhada por Bolívar.

Por sua amplitude e complexidade, pela emoção que envolve o dirigente da Venezuela e pela posição daquele país na economia mundial, este trabalho não

esgota o tema. Este pesquisador, entretanto, em vista do material levantado, considera seu objetivo atingido e sua questão, resolvida.

6 REFERÊNCIAS

ARÊA, G. O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo: História da dependência político-econômica. Monografia apresentada no Curso de Ciências Econômicas, UFSC. Orientador: Helton Ricardo Ouriques. Florianópolis, 2008.

ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F.A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007

ARRIGHI, G. **O longo século XXI**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001. p. 30.

BARROS, P.S. **Governo Chávez e desenvolvimento**: a política econômica em processo. 167 fls. Dissertação de Mestrado em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Investimento em educação e desenvolvimento econômico. Texto para Discussão n. 525. IPEA, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0525.pdf>.

BRASIL MINISTÉRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR. **Papel estratégico de Chávez na OPEP**. 2006. _____Texto disponível em: www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=707 - 37k –Acesso em fev.2009.

BASSEGIO, L. Alba, **Alternativa para a nossa América. América Latina em Movimento**. 2007. Texto disponível em: <http://alainet.org/active/17326&lang=es>. Acesso em fev. 2009.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Información estadística**. Disponível em: < <http://www.eclac.org/estadisticas/>>.

COOPER, D. R & SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**, Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRALES, J. Os Estados de reformas defasadas e a questão da desvalorização: a reação da Venezuela aos choques exógenos de 1997-1998. **Revista de Economia Política**, vol. 21, nº 3 (83), julho – setembro/ 2001.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela**. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE PESQUISA EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO. **Economia Política dos Sistemas-mundo**. Texto disponível em: http://www.gpepsm.ufsc.br/index_files/epsm.htm Acesso em: novembro, 2008.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Conheça os programas sociais apoiados por Hugo Chávez, **ESTADÃO ONLINE Internacional/ América Latina** .Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2009.

KAMINISHI, M. **O comportamento monetário na economia-mundo capitalista entre os séculos XVII-XVIII**: a contribuição da periferia atlântica sul. Dissertação de Mestrado em Economia. 111 fls. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

LANDER, E. **Entrevista**. Tradução de Zacharias Bezerra de Oliveira. Texto disponível em: <http://www.terrazul.m2014.net/> Acesso em dez. 2008.

LIMA, P.G.C Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.10, n.2, p.58-85, jul./dez.2007.

LINS, H.N Travessuras da economia-mundo: globalização, blocalização, precarização **Textos de Economia**, Florianópolis, v.7, n.1 p-169-193

MALAGUERA, J. *Un nuevo modelo de integración de América del Sur: hacia la Unión Sudamericana de Naciones*. **INTAL** - Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 27 dez 2006. Texto disponível em: http://www.iadb.org/intal/articulo_carta.asp?tid=5&idioma=por&aid=171&cid=234&carta_id=428 Acesso em fev.2009.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de Marketing**. Uma orientação aplicada. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa**. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOGUEIRA, D. Chávez: petróleo pode ir a US\$ 200 se EUA invadirem Irã. **O GLOBO**, Mundo. 18.11.2007. texto disponível em: <http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/108550.htm> Acesso em março, 2009.

OURIQUES, N. Entrevista. **Jornal dos Economistas**. - abril de 2006, p. 7-9.

REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Líneas generales del plan de desarrollo económico y social 2001-2007**. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve>>. Acesso em out.2008.

_____. MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO - MPD. 2000-2003: 3 años de la V República – Venezuela construye su camino. Caracas, 2004. Disponible en: <http://www.mpd.gov.ve> Acesso em out.2008.

_____. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. 1999. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve>>. Acesso em out.2008.

_____. **Plan Nacional de Desarrollo Regional 2001-2007**. Disponível em:
<<http://www.gobiernoenlinea.ve>>. Acesso em out.2008.

ROJAS, C.A.A. Immanuel Wallerstein y la perspectiva crítica del “Análisis de los Sistemas-Mundo”. **Textos de Economía**, Florianópolis, v.10, n.2, p.11-57, jul./dez.2007.

SEVERO, L. W. **El desafío de “sembrar el petróleo” en Venezuela (1999-2008)**.
Texto disponível em:
www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCKEditor/File/economia%20venezuela.pdf –
Acesso em: out.2008.

UCHOA, P. **Venezuela**: a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, P.A. **O Brasil nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800**: Esboço de caracterização através da cadeia mercantil do açúcar. II COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO. 30 junho e 1º julho 2008, Florianópolis, SC.

VILLA, R.D. As estratégias da Venezuela para a integração regional sul americana: tensões entre Mercosul e Alba.. **International Centre for trade and sustainable development**. Volume 3, nº 4, ago.2007

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

-----**O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

-----**Impensar a Ciência Social**. Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

WEISBROT, M.; SANDOVAL, LUIS. Update:The Venezuelan Economy in the Chávez Years. Center for economic and policy research – CEPR, Fevereiro de 2008. Disponível em<< http://www.cepr.net/documents/publications/venezuela_update_2008_02.pdf>>.